

JUNHO 2025

jornal

fne

Federação Nacional da Educação

POTENCIAL

TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO

FNE.PT

Resposta da FNE ao
PROGRAMA
DO GOVERNO

URGE VALORIZAR AS CARREIRAS

ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

40 - 45

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 35

AÇÃO SINDICAL

46 - 63

INTERNACIONAL

36 - 39

TEM A PALAVRA

64 - 65

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | JUNHO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SZN

SPZC



SPP

SDPA



SPCL

STAE

STAE

STAE

FILIAÇÃO



UGT



ETUCE

CPLP-SE

AR



Associação Nacional de Estudantes do Ensino Secundário (ANEE)

EDITORIAL



Urge valorizar a carreira docente

Quando se fala na necessidade urgente de valorizar a carreira docente pressupõe-se que está desvalorizada. E está!

As condições de trabalho pioraram significativamente nos últimos anos, seja ao nível dos horários de trabalho, da autoridade docente cada vez mais questionada pela indisciplina e, por vezes, pela violência que grassa nas escolas, fruto de turmas numerosas e cada vez mais heterogêneas, com encarregados de educação que só ouvem o aluno e não procuram a verdade, ou que, simplesmente, desvalorizam o que se passa em ambiente escolar.

Por outro lado, a situação de muitos professores, numa larga maioria, que andam anos de “casa às costas” ou fazem centenas de km durante a semana, levando a uma grande rotatividade de docentes em muitas escolas do país.

São fatores bem reais que cansam e desesperam os docentes portugueses. Juntam-se a este quadro os baixos salários, sempre abaixo das médias internacionais no que se refere aos salários nominais e, mais ainda, em relação à paridade com o poder de compra, segundo a última edição do “Education at a Glance 2024” da OCDE, apesar do registo de alguma estagnação dos salários no grupo de países desta organização.

Ao contrário, quando se sentem reconhecidos e apoiados, trabalham com mais entusiasmo e têm mais estímulo para inovar nas práticas, conseguindo um impacto mais positivo na vida dos alunos e da escola.

Ou seja, o desequilíbrio entre esforço e reconhecimento gera desmotivação que pode resultar num certo desinvestimento da profissão.

O que podemos concluir: Que há uma necessidade de maior valorização da carreira docente em Portugal, não só para aproximação aos padrões europeus e das médias da OCDE, mas principalmente para tornar a profissão mais atrativa face a outras opções de carreira para os mais jovens e para manter os que estão na profissão.

Esperemos que este novo governo e a atual equipa do Ministério da Educação, Ciência e Inovação interiorizem esta necessidade se, efetivamente, quiserem resolver, com qualidade, o problema da falta de docentes.



JOSEFA LOPES

Presidente do SDP Sul
Vice-Secretária-Geral da FNE



Carta Aberta da FNE ao Primeiro-Ministro reforçou que "é tempo de ação na Educação"

A FNE faz chegar ao Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, uma Carta Aberta em que reforça a ideia de que "a Educação em Portugal não pode esperar e que é tempo de compromisso e de ação".

No documento a FNE exige diálogo, compromisso e uma governação com visão estratégica, corajosa e inclusiva para a área da Educação que, defende a FNE, deve ser colocada no centro da ação do governo.

E por isso, a FNE considera que é tempo de agir com urgência, justiça e visão.



Clique para consultar a carta aberta



DIA MUNDIAL DO AMBIENTE

5 de junho de 2025

JUNTOS CONTRA A

poluição
plástica



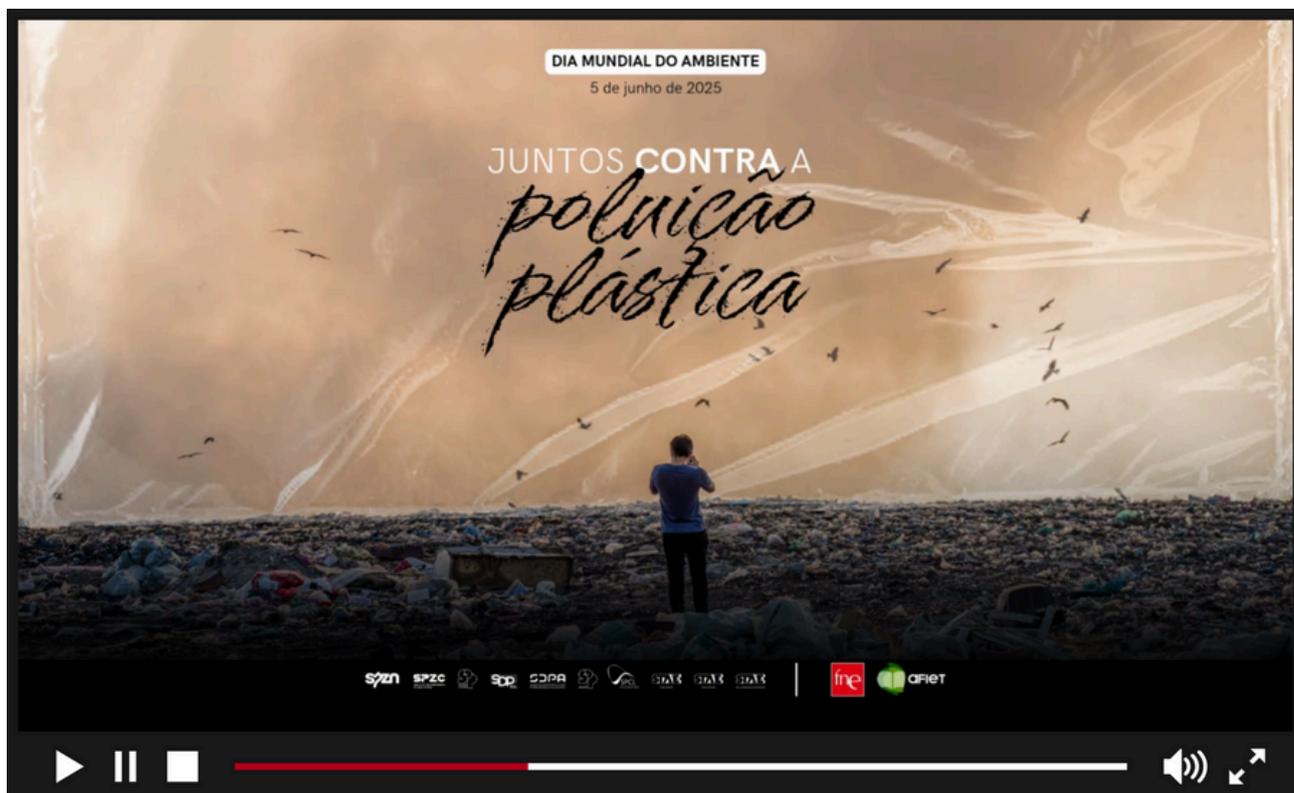
FNE assinalou o Dia Mundial do Ambiente 2025

Tal como em outras ocasiões e em ligação com a iniciativa da FNE "Educação para o Ambiente", assinalou-se a 5 de junho no site e redes sociais da Federação, o Dia Mundial do Meio Ambiente que foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução (XXVII) de 15 de dezembro de 1972.

Todos os anos, neste dia, diversas organizações da sociedade civil lançam manifestos e tomam medidas para relembrar o público geral da necessidade de preservação do meio ambiente.

Este ano o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) é "Combater a Poluição Plástica". A República da Coreia foi o anfitrião mundial desta data e testemunhou um momento decisivo para a conservação do ambiente global.

José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE é uma das principais caras do projeto da Federação, "Educação pelo Ambiente", deixou algumas palavras a reforçar a importância desta data:



COMUNICADO



Para a FNE "Continuidade do Ministro da Educação deve garantir respostas imediatas"

Aquando da tomada de posse do novo governo, em que foi confirmada a recondução de Fernando Alexandre como Ministro da Educação, Ciência e Inovação, a FNE decidiu pronunciar-se publicamente sobre a decisão, considerando esta escolha de particular importância estratégica para o futuro da Educação em Portugal.

Relembre aqui o comunicado da FNE:

"A FNE valoriza a estabilidade governativa nas áreas estruturantes do desenvolvimento nacional, entre as quais a Educação assume um papel absolutamente central. Contudo, essa estabilidade só será verdadeiramente positiva se estiver alicerçada num compromisso firme com o diálogo, o respeito pelos direitos dos profissionais da educação, de todos os níveis de ensino, e a valorização efetiva das suas carreiras e condições de trabalho.

Em carta aberta dirigida ao Primeiro-Ministro, no passado dia 30 de maio de 2025, a FNE defendeu que "a revisão e a entrada em vigor do Estatuto da Carreira Docente devem ser concretizadas com o rigor, a eficiência e o sentido de responsabilidade que o contexto atual exige. Questões como a escassez de professores, o tempo de serviço perdido nas reconfigurações da carreira, a monodocência, a sobrecarga horária, o excesso de burocracia e a indisciplina nas escolas devem estar no centro das prioridades a abordar e negociar, em processos que se exigem urgentes, verdadeiramente participados e orientados para soluções construtivas."



Relativamente ao Pessoal de Apoio Educativo, a FNE espera que, neste mandato, se concretizem finalmente as promessas repetidamente adiadas quanto à abertura de processos concursais que visem pôr fim à prolongada precariedade vivida, ao longo de anos. A Federação aguarda ainda o início de negociações que permitam resolver os diversos problemas que temos vindo a sinalizar, mas que continuam sem qualquer avanço efetivo na sua resolução.

Consideramos, ainda, que a estabilidade e a previsibilidade são condições essenciais para o bom funcionamento das escolas e para a valorização efetiva das carreiras dos profissionais da Educação. As escolas exigem uma resposta robusta e imediata ao envelhecimento dos profissionais da Educação, à carência de recursos humanos especializados e à falta de apoio técnico e psicológico.

Durante o exercício do seu mandato anterior, o Ministro Fernando Alexandre evidenciou disponibilidade para o diálogo com os representantes dos trabalhadores da educação. É neste enquadramento que a FNE encara a sua recondução com uma expectativa construtiva, esperando que seja dada continuidade aos processos negociais em curso e se concretizem respostas urgentes às reivindicações da FNE, que refletem a necessidade de promover uma educação de qualidade, valorizando os profissionais que nela atuam e assegurando condições equitativas e justas para todos os trabalhadores da Educação.

A FNE reafirma, por isso, a sua total disponibilidade para um diálogo sério, exigente e responsável, orientado para a resolução dos problemas estruturais que há muito comprometem a qualidade do sistema educativo.

Neste contexto, e conforme estabelecido no Roteiro da FNE para a Legislatura 2025-2029, destacamos algumas medidas que consideramos como prioritárias:

- Valorização das Carreiras: Docente; Investigação; Pessoal de Apoio Educativo, assegurando estabilidade, previsibilidade, reconhecimento profissional e salarial;
- Reforço da atratividade da profissão docente, através de condições salariais e de trabalho dignas e motivadoras;
- Abertura de processos negociais para a consideração de todo o tempo de serviço dos docentes, corrigindo as distorções introduzidas na recomposição de carreira ocorrida entre 2007 e 2010;
- Combate à precariedade, com abertura de concursos para a vinculação efetiva de docentes e técnicos que respondem a necessidades permanentes do sistema;
- Melhoria urgente das condições de trabalho nas escolas, com investimento na modernização das infraestruturas e reforço dos recursos humanos e técnicos;
- Redefinição da formação inicial e contínua dos professores, garantindo qualidade, atualização e articulação com os desafios das práticas pedagógicas;
- Redução da carga burocrática e administrativa, que impede os docentes de se concentrarem na sua missão educativa;
- Implementação de um regime de aposentação justo e adaptado às especificidades do desgaste da profissão docente;
- Simplificação, integração e modernização das estruturas e plataformas tecnológicas, com vista à automatização e agilização de procedimentos administrativos, facilitando a obtenção, submissão e partilha de informação documental. Esta transformação digital deverá libertar as escolas e os docentes de tarefas redundantes, garantindo maior eficiência, acesso imediato à informação e permitindo ao MECI o acompanhamento em tempo real das necessidades, recursos e dinâmicas de cada escola e respetivos profissionais.

A FNE manter-se-á, como sempre, atenta, atuante e determinada na defesa dos profissionais da educação. Esperamos que esta legislatura seja marcada pela vontade política necessária para resolver os problemas que têm limitado o pleno desenvolvimento do nosso sistema educativo.

A Educação em Portugal exige investimento, liderança e reconhecimento. Exige, acima de tudo, um compromisso político claro e inabalável com o futuro coletivo do país.

Porque uma democracia forte constrói-se com uma Educação de qualidade!

DIA MUNDIAL DOS OCEANOS

8 de junho de 2025

Maravilha: sustentando o que nos sustenta



"Maravilha: sustentando o que nos sustenta" foi o mote no Dia Mundial dos Oceanos

8 de junho marca o dia em que o mundo celebra o papel e as atenções que os oceanos precisam da humanidade.

A FNE associou-se a esta data, com o propósito de dar visibilidade ao papel fundamental que os oceanos desempenham na proteção da vida no nosso planeta e chamar a atenção da humanidade para as agressões permanentes que o nosso principal "pulmão" sofre com as mudanças de temperatura decorrentes das mudanças climáticas.

Estima-se que estejam já depositados nos oceanos mais de 150 milhões de toneladas de plástico representando um grave risco para a saúde do mundo marinho e para a humanidade.

Uma outra agressão aos oceanos prende-se com as descargas de esgoto bruto e derramamentos de combustível que continuam a poluir grande parte dos oceanos.

A FNE e a AFIET, seguindo ações de intensificação da sua pegada ecológica, deixam mais um apelo a toda a comunidade educativa para elevar a voz para uma maior consciencialização sobre a importância de cuidar de um ecossistema que produz 50% do oxigénio do nosso planeta e absorve 30% do dióxido de carbono produzido.



Maravilha:
sustentando o que nos sustenta



CONSULTA NACIONAL

Sobre a Carreira Docente e as
condições de exercício profissional,
no termo do ano letivo
2024/2025

13 a 27 de junho 2025

SPZN

SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SPP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DOS AÇORES



fne



AFJET

FNE/AFIET promoveram Consulta Nacional sobre a carreira docente e condições de trabalho

A FNE e a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho promoveram entre 13 e 27 de junho uma nova Consulta Nacional a todos os docentes dos ensinos básico e secundário, sobre a carreira docente e o seu desenvolvimento, bem como sobre as condições de trabalho ao longo do ano letivo de 2024/2025 que agora está a terminar.

A consulta esteve disponível para participação online nos sites e redes sociais da FNE e da AFIET.

Esta consulta debruçou-se sobre as seguintes dimensões: Bem-estar e desenvolvimento profissional, condições de exercício profissional, as novas ferramentas digitais e o ensino e indisciplina em contexto escola e formação contínua.

No inquérito respeitante ao ano letivo 2023-2024 concluíam-se que “a maioria dos educadores e professores portugueses gostam da sua profissão, desejam continuar a trabalhar como docentes, por ser do que gostam de fazer, mas sentem que a sociedade não tem um reconhecimento positivo do seu trabalho, considerando ainda que não têm uma remuneração que corresponda ao nível das qualificações e competências que lhes são exigidas”.

Estes aspetos voltaram a integrar o questionário deste ano, no sentido de perceber se existem alterações de perceção nas respostas dos respondentes.

A FNE e a AFIET apresentarão os resultados no final do mês de julho.

A primeira consulta nacional da FNE/AFIET sobre a carreira docente e condições de trabalho dos docentes portugueses ocorreu no final do ano letivo de 2020-2021.



COMUNICADO - 13 JUNHO 2025

Publicação das listas é um avanço, mas desafios persistem.



Federação Nacional da Educação
www.fne.pt



Para a FNE “Publicação das listas é um avanço, mas desafios persistem”

A FNE registou de forma positiva a antecipação, face a anos anteriores, da publicação das listas de colocações de educadores e professores.

Importa salientar que, no ano passado, estas listas foram divulgadas a 11 de julho, pelo que este ano se verifica uma antecipação de quase um mês e que foi a FNE quem, de forma persistente, reivindicou junto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) a divulgação dos resultados até ao final de maio ou início de junho. Por isso, é fundamental continuar a aperfeiçoar o sistema de concursos, de forma a garantir a previsibilidade e a estabilidade do processo concursal.

Em comunicado, a FNE reforçou que “tem vindo, há muito, a defender uma gestão mais eficiente dos concursos, com prazos mais ajustados, que permitam a todos os educadores e professores conhecer atempadamente a sua situação profissional. Só assim poderão planear a sua vida pessoal e familiar com serenidade, evitando situações de angústia e decisões precipitadas, e permitindo, em simultâneo, que as escolas possam preparar com qualidade o início do ano letivo”.

Segundo a FNE “é também positivo que mais de 6 mil docentes (quase 6200) tenham ingressado nos quadros, valor que somado às vinculações registadas em anos anteriores, designadamente às quase 15 mil vinculações entre 2023 e 2024, se torna substancial demonstrando a dimensão excessiva da precariedade existente na profissão”.

A FNE registou também como positivo que cerca de 15 mil docentes dos quadros tenham conseguido, no âmbito do concurso interno, mudar de escola ou de quadro de zona pedagógica. Esta mobilidade vem certamente ao encontro do desejo de muitos docentes de trabalhar numa escola mais próxima das suas residências ou naquela com a qual mais se identificam em termos de projeto educativo.

Sendo globalmente positivos os dados agora divulgados, nomeadamente o número acumulado de vinculações nos últimos três anos, a FNE considera que

estes continuam a ser insuficientes para responder plenamente às necessidades das escolas.

A Federação antecipa, por isso, que continuará a haver recurso a medidas extraordinárias cuja normalização não pode ser aceite, como o uso excessivo de horas extraordinárias ou a colocação de candidatos sem qualificação profissional adequada. Estas práticas, que lamentavelmente se mantêm como solução recorrente, comprometem a qualidade e a estabilidade do ensino.

Foram já detetadas algumas falhas, que nos foram feitas chegar, que carecem de análise rigorosa e eventual correção.

A FNE continuará atenta a todos os desenvolvimentos do concurso, exigindo a correção de eventuais injustiças e reafirmando a necessidade de um sistema de colocação transparente, estável e previsível.

FNE RESPONDE AO PROGRAMA DE GOVERNO SOBRE A VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES



Programa

XXV Governo Constitucional

2025

 www.fne.pt

Programa do Governo é “repetição de promessas já feitas no passado e não concretizadas”

A FNE, ao tomar conhecimento do Programa do XXV Governo Constitucional, que, no que respeita ao setor da Educação, apresenta um conjunto de intenções e objetivos, verificou que este constitui uma repetição de promessas já feitas no passado e não concretizadas, assim como a ausência de medidas estruturantes que respondam aos problemas mais urgentes do sistema educativo.

Em comunicado enviado às redações, a FNE sublinhou que “este Programa do Governo resulta de um programa eleitoral previamente sufragado nas eleições, ao qual, entretanto, foram integradas propostas oriundas dos partidos da oposição. Trata-se, portanto, de um documento que, através da discussão parlamentar e em função do equilíbrio entre os partidos que apoiam o Governo e os da oposição, ainda deverá sofrer alterações”.

É, por isso, segundo a FNE, “nosso dever, enquanto representantes dos profissionais da educação, reagir com responsabilidade, mas também com a necessária firmeza crítica às propostas apresentadas”, exortando o Governo e os partidos com assento parlamentar a introduzirem as alterações que a Federação considera essenciais para a valorização dos professores, destacando o seguinte:

Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD)

Embora o compromisso de revisão do ECD possa representar uma oportunidade para resolver problemas que a FNE tem vindo a denunciar, carece de uma calendarização concreta e urgente, assim como de clareza quanto ao que se pretende efetivamente alterar. A promessa de tornar a carreira “mais atrativa, transparente e equitativa” é demasiado vaga e não garante a contabilização do tempo de serviço perdido nas transições de carreira, a resolução das desigualdades acumuladas, nem a aplicação de tais medidas num curto prazo, de forma a resolver, com qualidade, o problema da falta de Professores.

A FNE rejeita qualquer revisão do ECD que ponha em causa direitos adquiridos ou que aprofunde a precariedade.

A supressão das quotas no acesso aos 5.º e 7.º escalões é positiva, mas exigimos garantias da sua rápida concretização, e não meras intenções para “até ao final da legislatura”.

Consideramos igualmente positiva a atualização “em alta” dos primeiros escalões remuneratórios, mas sublinhamos que será insuficiente se não for acompanhada de uma valorização transversal de toda a carreira.

Desburocratização e autonomia docente

É uma proposta recorrente em discursos políticos, mas sem medidas concretas perde credibilidade. A FNE exige um plano de ação claro para reduzir a carga administrativa que retira tempo ao ensino e à aprendizagem. Além disso, “dar autoridade” não pode ser apenas simbólico, requerendo a produção de legislação protetora e formação adequada.

Formação contínua e autonomia das escolas

A adequação da formação contínua às necessidades dos docentes é um princípio que a FNE defende, mas a autonomia das escolas não pode servir de pretexto para a desresponsabilização do Estado quanto ao financiamento, qualidade e equidade da formação. Exige-se um reforço claro do investimento público e o envolvimento das organizações sindicais na definição de prioridades formativas.

Revisão das habilitações para a docência e profissionalização em serviço

A FNE alerta para o risco de facilitar o acesso à profissão sem garantir qualidade formativa, o que pode desvalorizar a carreira docente e prejudicar a qualidade das aprendizagens. A “adequação às necessidades do sistema” não pode significar precarização ou diminuição das exigências. A profissionalização em serviço deve ser rigorosamente regulada.

Contratos-programa com IES para responder à falta de professores

É essencial planear com visão estratégica, mas a FNE sublinha que este planeamento deve começar pela valorização efetiva da profissão, pois só assim se atrairão novos candidatos que, à saída do Ensino Secundário, terão que estar convencidos de que vale a pena investir 5 anos de formação superior para tentar ingressar nesta carreira. Sem resolver as causas da saída e desmotivação dos atuais professores, a resposta futura será sempre limitada.

Referencial para Avaliação do Desempenho Docente

A FNE considera imprescindível uma profunda revisão do atual modelo de avaliação, mas com base em princípios de justiça, simplificação e valorização formativa. Qualquer referencial deverá ser negociado com os sindicatos e não pode continuar a alimentar desigualdades nem a depender de mecanismos administrativos criadores de injustiças e que pretendem apenas limitar/controlar as progressões na carreira, sem qualquer preocupação com a melhoria das práticas.

Melhoria do sistema de colocação de docentes

A proposta apresentada é genérica e desconsidera que a instabilidade profissional e a mobilidade forçada são fatores críticos para a escassez de professores. A FNE defende a implementação de um regime de concursos que assegure estabilidade, previsibilidade e respeito pela vinculação de todos os docentes com horários anuais e completos. É essencial garantir um tratamento justo, com critérios uniformes, através de concursos a nível nacional que respeitem a graduação profissional dos candidatos.

Estatuto do Diretor e remuneração indexada ao topo da carreira

A FNE reconhece a importância da valorização do cargo de Diretor, dada a sua relevância na liderança pedagógica e na gestão das escolas. Contudo, defende que essa valorização deve ser enquadrada numa perspetiva global de valorização das funções de liderança no contexto escolar e não pode ser feita à custa da fragmentação da carreira docente.

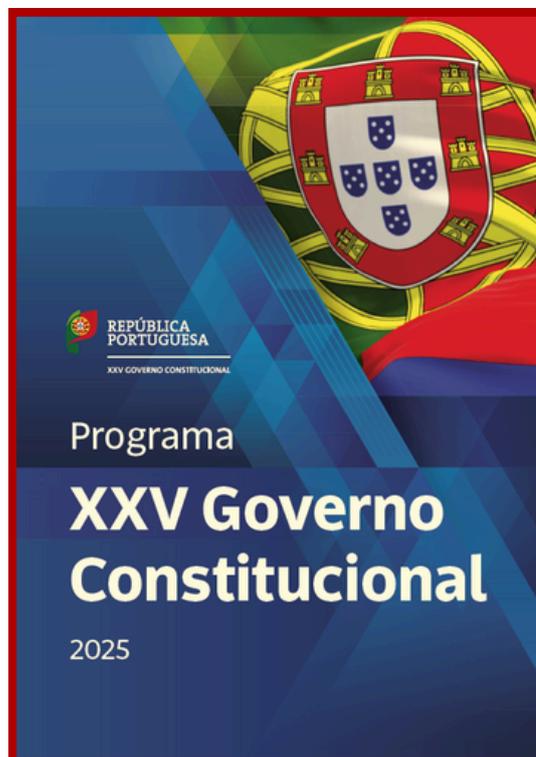
Nesse sentido, é essencial que a valorização do Diretor seja acompanhada por uma política consistente de reconhecimento e dignificação das lideranças intermédias, como os coordenadores de departamento, coordenadores de estabelecimento, diretores de turma, entre outros. Estes profissionais assumem responsabilidades fundamentais para o funcionamento das escolas e para a promoção do sucesso educativo, devendo por isso ver reconhecido o seu papel através de condições de trabalho adequadas, estabilidade, tempo específico para o exercício das funções e compensações justas.

A FNE reafirma que a construção de uma liderança pedagógica eficaz nas escolas depende da valorização articulada e equilibrada de todos os cargos de liderança, assegurando o respeito pela unidade da carreira docente e pela justiça profissional.

Tolerância zero à indisciplina e violência nas escolas

A FNE apoia o combate firme à indisciplina e violência, mas recusa soluções simplistas e burocráticas. É necessário um investimento sério em equipas multidisciplinares, formação contínua específica e reforço dos recursos humanos. A simplificação de processos não pode significar a desresponsabilização das entidades competentes. Consideramos urgente a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, estabelecido pela Lei n.º 51/2012.

[Consulte aqui o Programa do XXV Governo](#)



FNE lamentou divulgação do exame de Matemática do 9º ano

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, comentou no Primeiro Jornal da SIC de 23 de junho de 2025, a questão da divulgação do exame de Matemática do 9º ano nas redes sociais: "Seria perfeitamente possível com outros enunciados, outras questões e de outra forma, garantir a monitorização, não colocando nunca em causa os fatores pedagógicos", afirmou Pedro Barreiros.

O Ministério da Educação lamenta, mas diz que a divulgação não afeta a validade da prova, que pela primeira vez foi realizada em formato digital.

O Secretário-Geral da FNE já se tinha expressado na manhã daquele dia, no seu blog no site da FNE, sobre este tema (link para <https://fne.pt/pt/blog/go/a-escola-publica-merece>), lembrando que "concentrar o debate apenas na 'fuga de informação' seria perder de vista o verdadeiro problema: a estratégia errada do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) de reutilizar itens da mesma prova em anos consecutivos e, conseqüentemente, não tornar pública a prova".



Pedro Barreiros na Conferência "Educação e Futuro"



O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, marcou presença na Conferência "Educação e Futuro" promovida pela Fundação Belmiro de Azevedo, na tarde de 26 de junho de 2025, em Lisboa, no Técnico Innovation Center.

Este evento teve a presença do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, que encerrou a conferência, assim como de vários painéis de debate em que se destaca o referente ao tema "Políticas públicas para o futuro da Educação", que contou com a participação de quatro ex-ministros da educação: Isabel Alçada, Maria de Lurdes Rodrigues, David Justino e Nuno Crato, com a moderação do jornalista da RTP, Carlos Daniel.



Esta Conferência, que contou com a participação de vários nomes ligados ao setor da educação, permitiu conhecer de forma pública o primeiro grande relatório anual produzido pela Fundação Belmiro de Azevedo "Balanço Anual da Educação 2025".

O relatório propicia a análise de um conjunto de dados sobre o sistema educativo português - da Educação Pré-escolar ao Ensino Superior - com indicadores de equidade, empregabilidade e rendimentos, numa perspetiva analítica e de projeção de futuro, acompanhado de séries retrospectivas a cinco anos.

Consulte aqui o Relatório - <https://balancoeducacao.edulog.pt/2025/index.html>





+vagas

NAS ESCOLAS PORTUGUEAS NO
ESTRANGEIRO DA REDE PÚBLICA !

 WWW.FNE.PT

FNE reclamou mais vagas para o concurso interno de docentes das EPERP

A 3 de junho de 2025 a FNE enviou ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício em que reclamava mais vagas para o concurso interno de docentes das Escolas Portuguesas no Estrangeiro da Rede Pública (EPERP) para o ano letivo de 2025/2026.

A posição da FNE, justificava-se no texto, ganhou mais força após docentes do Ensino Português no Estrangeiro, em particular da Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP) terem contactado a federação, demonstrando a sua enorme preocupação relativamente ao número de vagas publicado na Portaria n.º 361-A/2025/2, de 23 de maio.

Após uma análise profunda da situação, a FNE avançou com um pedido à tutela de alteração desta portaria.

No ofício enviado ao MECI, a FNE expõe as razões que justificam a necessidade desta alteração, uma vez que a Portaria em questão atribui à Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa (EPCV-CELP) 71 vagas para o Concurso Interno e apenas 1 vaga para o Concurso Externo.

No entanto, a EPCV-CELP havia solicitado um total de 90 vagas, sendo assim incompreensível a discrepância verificada. As vagas atribuídas revelam-se claramente insuficientes face às necessidades permanentes da Escola.

Mais relembra a FNE que, no corrente ano escolar, a EPCV-CELP conta com 104 docentes, todos com horários completos e muitos professores com horas extraordinárias, não estando a beneficiar das reduções da componente letiva prevista no artigo 79.º do ECD.

A FNE foi também contactada por docentes de outras Escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do MECI, alertando para o facto de haver uma clara desadequação entre as vagas abertas para os Concursos Interno e Externo e as reais necessidades das escolas.

Face a estas preocupações, que a FNE considera legítimas, ficou reforçada, junto do MECI, a necessidade urgente de proceder a uma reavaliação das vagas abertas para os Concursos Interno e Externo, de modo que dê uma resposta adequada e positiva às necessidades das EPERP e a garantir que as Escolas disponham dos recursos necessários para cumprir a sua missão de promoção do ensino e da difusão da língua e da cultura portuguesas no mundo.



FNE defendeu um virar de página no Ensino Português no Estrangeiro

A FNE enviou a 13 de junho de 2025, ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, um ofício em que defende a necessidade de compromisso e de ação no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Para a FNE, o EPE não pode nem deve estar unicamente direcionado para o ensino do português como língua estrangeira, nem sujeito a uma gestão meramente tecnocrática, marcada por uma lógica excessivamente economicista.

Este compromisso e ação devem incidir no fim da discriminação do ensino paralelo, num ensino gratuito e de qualidade, na valorização dos professores, numa avaliação justa e na urgente revisão do Regime Jurídico do EPE.

No ofício, a FNE recorda que o sistema de EPE foi criado para transmitir aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados os conhecimentos de língua e cultura portuguesas necessários à preservação da ligação afetiva, linguística e cultural a Portugal.

Contudo, desde que passou para a tutela do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, aqueles cursos foram progressivamente transformados em cursos de Português como Língua Estrangeira, em conformidade com a orientação daquele instituto, cujos responsáveis defenderam repetidamente que, para que a língua portuguesa fosse reconhecida no estrangeiro, teria de ser ensinada como língua estrangeira.

Para a FNE, esta mudança de paradigma promoveu uma ideologia segundo a qual professores, pais e alunos foram levados a acreditar nas vantagens de um certificado de proficiência linguística que, na prática, apenas atesta as competências dos alunos portugueses e lusodescendentes na vertente de Português como Língua Estrangeira.

No entanto, esse certificado não é reconhecido por nenhum sistema de ensino europeu, nem é útil para a eventual continuidade de estudos em estabelecimentos de ensino básico, secundário ou superior em Portugal.

Com a introdução, em 2013, da taxa/propina de frequência no EPE, apresentada como uma vantagem, dado que as provas de certificação passariam a ser gratuitas, perderam-se cerca de 18 mil alunos devido ao encerramento de cursos, uma vez que muitos encarregados de educação recusaram efetuar o pagamento exigido.

A propina de frequência foi aplicada única e injustamente aos alunos portugueses e lusodescendentes, especialmente na Alemanha, Suíça e Reino Unido, onde as aulas de português decorrem fora do horário escolar regular, no chamado ensino paralelo.

Já em França, Espanha, Bélgica, África do Sul, Luxemburgo, Namíbia e Essuatíni, onde geralmente as aulas ocorrem dentro do horário escolar e com uma elevada percen-

tagem de alunos sem nacionalidade portuguesa, foi permitida a isenção de pagamento.

Os alunos destes países continuam, até hoje, a beneficiar de um ensino gratuito e de qualidade superior àquele ministrado no ensino paralelo, onde existem turmas com alunos de três ou mais níveis de escolaridade.

A FNE sublinha que, tal como os cidadãos em território nacional, também os portugueses residentes no estrangeiro estão cansados de promessas não cumpridas e da qualidade insatisfatória dos serviços públicos.

O ensino da língua e cultura portuguesas, que sempre teve importância primordial para os portugueses emigrados, tem sido alvo de desinvestimento e desvalorização, contando atualmente com menos de metade da dimensão que tinha em 2010.

O presente ano letivo de 2024/2025 termina com um total de 317 professores a nível mundial e cerca de 38 500 alunos, muitos dos quais não são de origem portuguesa. Muitas crianças e jovens portugueses e lusodescendentes que, pelas razões já referidas, deixaram de frequentar as aulas da sua língua e cultura de origem, às quais têm direito constitucional, afastar-se-ão progressivamente da nossa língua e cultura. Para a FNE, está em causa a nossa portugalidade e a nossa presença no estrangeiro.

Neste novo ciclo político, compete ao Governo garantir aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados um ensino gratuito, presencial e de qualidade da sua língua e cultura de origem, adotando medidas que visem corrigir erros do passado e instituir melhores condições no presente e para o futuro. É hora de virar a página no EPE.

Deste modo, a FNE defende que deve ser dada prioridade à valorização dos professores de português no estrangeiro, pois são eles que mantêm viva a nossa língua e cultura além-fronteiras. Tal não poderá ser concretizado com salários estagnados desde 2009 e com condições de trabalho que roçam o inaceitável, como deslocações diárias superiores a 300 quilómetros e a necessidade de lecionar, semanalmente, alunos do primeiro ao décimo segundo ano, sem qualquer redução de horário ou compensação.

Para a FNE, não se atraem professores para o EPE recusando-lhes o pagamento dos subsídios de instalação e de regresso, previstos na lei, mas atribuídos apenas a leitores e coordenadores de ensino e, ao mesmo tempo, exigindo-lhes intermináveis tarefas burocráticas que lhes retiram o tempo necessário à preparação das aulas.

A estes fatores acresce uma avaliação de desempenho injusta e fortemente discriminatória, que carece de urgente revisão. É igualmente imprescindível promover uma reflexão crítica sobre as condições em que tal revisão é realizada.

Urge também rever o Regime Jurídico do EPE, constante do Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, extremamente desatualizado e com disposições que remontam a 1998, altura em que vigorava o regime de destacamento, e que já não são aplicáveis à situação atual.

No parecer da FNE é indispensável promover um debate alargado que vise melhorar, renovar e dignificar o ensino português no estrangeiro, seja na vertente de língua de origem e identitária, seja como língua estrangeira.

A FNE e o seu Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas (SPCL) desejam, por esta via, reafirmar a sua total disponibilidade para iniciar processos negociais efetivos e produtivos, que não têm lugar desde 2019, que respeitem o trabalho dos professores e respondam às suas legítimas reivindicações.

Para a FNE, não é possível, a menos que a intenção seja extinguir o EPE ou reduzi-lo à sua expressão mínima, manter os atuais procedimentos e continuar a adiar decisões. Se existe um verdadeiro desejo de garantir um futuro digno para o EPE, é necessário assumir um compromisso político firme para que esse objetivo seja concretizado.

Uma educação de qualidade é tão importante para as crianças e jovens que vivem em Portugal como para aqueles que residem no estrangeiro, mas que desejam manter a sua ligação cultural, linguística e afetiva ao seu país, ao nosso país.



FNE SOLIDÁRIA

CONTRA OS ATAQUES À EDUCAÇÃO NOS EUA



**GO PUBLIC!
FUND
EDUCATION**

FNE solidária contra os ataques à educação nos EUA

A Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sete sindicatos de professores e três sindicatos de trabalhadores de apoio educativo manifestaram a sua solidariedade para com os educadores dos Estados Unidos da América, que se erguem contra os ataques à Educação e à Democracia no seu país.

A solidariedade da FNE dirige-se à Associação Nacional de Educação (NEA) e à Federação Americana de Professores (AFT) e seus membros, em reconhecimento da sua luta por escolas públicas de qualidade, direitos civis e democracia, contra os ataques sistemáticos ao setor da educação.

Como membro integrante da Internacional da Educação (IE), a FNE acredita que a solidariedade sindical é a resposta mais forte e adequada contra os ataques aos direitos civis, aos direitos humanos, aos direitos sindicais e a todas as prepotências que possam ameaçar as nossas escolas, os nossos estudantes e a Democracia.

A desinformação ameaça permanentemente as nossas sociedades e a Democracia. É por isso que temos de sensibilizar para o perigo da desinformação nas nossas escolas e aumentar a literacia mediática nos currículos escolares.

Solidarity!



Aceitar as redes sociais sem filtros adequados é simplesmente ignorar os fundamentos da Democracia. É abdicar do respeito pelo outro; do respeito pela Paz e pela Diversidade; do respeito pela Solidariedade, pela Justiça e pela Dignidade Humana.

Desrespeitar ou ignorar o jornalismo sério é desrespeitar a Democracia. A literacia e a educação para os media são hoje fundamentais nas nossas escolas. É por isso que a FNE insiste, nos seus documentos políticos, em recordar a “Declaração sobre a promoção da cidadania e dos valores comuns de liberdade, tolerância e não discriminação através da educação” - Paris, Conselho Europeu, 17 de março de 2015.

Duas ações são recomendadas nesse importante documento:

- Garantir que as crianças e os jovens adquiram competências sociais, cívicas e interculturais, através da promoção dos valores democráticos e dos direitos fundamentais, da inclusão social e da não discriminação, bem como da cidadania ativa;
- Reforçar o pensamento crítico e a literacia mediática, nomeadamente na utilização da Internet e das redes sociais, de modo a desenvolver a resistência a todas as formas de discriminação e doutrinação.

A solidariedade derrotará a prepotência e defenderá a Democracia.

Pedro Barreiros

Secretário-Geral da FNE (Portugal)





SPZC inaugurou galeria de presidentes

O mais antigo e maior sindicato de docentes do centro do país expõe publicamente um conjunto de fotos de quem liderou a estrutura desde a sua criação.

A extensa e rica história que o SPZC foi construindo desde 1974, ano do seu aparecimento, ganha agora um novo registo com a instalação da galeria de presidentes que lideraram as várias direções.

Desde a sua constituição, em maio de 1974 e até 1977, o SPZC foi gerido localmente pelos seus executivos distritais.

Só aquando do seu primeiro processo eleitoral, em 1977, foi eleito o seu primeiro presidente, João Bento Raimundo, que assumiu os destinos do sindicato até 1980.

Seguiu-se Laurindo Pereira Agreira, até 1982, e Jorge António Lima Saraiva, até 1983, ano em que foi eleito Renato Macedo d'Ávila, que ocupou o cargo até 1989.

No período de 1989 a 1995 foi novamente João Bento Raimundo que ocupou o cargo. Em 1995, o SPZC elegeu como novo presidente José Ricardo Coelho, naquele que foi o mais longo período sob a mesma liderança, tendo terminado em 2023.

No entanto, em 2020, o atual presidente Manuel Teodósio Martins Henriques ocupou o cargo de "presidente em exercício" até 2023, ano em que foi formalmente eleito para um mandato de quatro anos.

A inauguração da galeria decorreu em 12 de junho de 2025, na sede, à rua Antero de Quental, em Coimbra. Cada uma das delegações terá também uma réplica da mesma galeria.

SDPMadeira celebrou o 35º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores da Madeira (SDPM) celebrou a 19 junho de 2025 o 35º aniversário da sua constituição.

O SDPM é uma associação sindical representativa de docentes de todos os níveis de ensino, investigadores científicos e formadores profissionais, orientado por valores e referencias como o sindicalismo democrático e a liberdade sindical, cujo âmbito territorial se circunscreve à Região Autónoma da Madeira.

A Constituição, em 1990, do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira significou a abertura de um espaço de participação livre e de afirmação profissional, para um grande número de docentes que até então não se revia no pensamento e na ética revolucionária orientadora do sindicato único.

Com a fundação do SDPM, o quadro da participação negocial na Região Autónoma da Madeira ganhou verdadeiros contornos democráticos, procurando-se colocar nas negociações o interesse público do sistema educativo, a par da defesa dos direitos a aspirações profissionais dos docentes, sem descuar a centralidade que os alunos têm de ocupar no sistema educativo.

A intervenção do SDPM a nível nacional e internacional tem sido principalmente assegurada pela participação da FNE – Federação a que o SDPM aderiu desde a sua fundação – cujos princípios identitários igualmente defende.

Por via da FNE, o SDPM integra-se na UGT e em organizações sindicais internacionais amplamente representativas de trabalhadores da Educação em todo o mundo, como a IE – Internacional da Educação e o CSEE – Comité Sindical Europeu da Educação.

Saiba mais sobre o SDPM em
<https://sdpmadeira.pt/pt/>





5 de junho de 1995 – FNE promoveu uma grande jornada pela valorização dos trabalhadores da Educação

Milhares de trabalhadores da Educação de todo o país, convocados pela FNE, concentraram-se no dia 5 de junho de 1995 – há precisamente 30 anos - em frente ao Ministério da Educação, para gritarem a sua indignação perante a prepotência do Ministério.

A LEI É PARA CUMPRIR foi o "slogan" que mais vezes se ouviu, ao lado de outros que reivindicavam SEM EDUCADORES NÃO HÁ EDUCAÇÃO ou ainda NÃO À IMPOSIÇÃO! SIM À NEGOCIAÇÃO, na primeira grande iniciativa de rua que a FNE lançou autonomamente para dar voz às suas reivindicações.

No final da manifestação, foi aprovada por aclamação uma moção em que os presentes afirmavam a sua exigência de que "o Ministério da Educação adopte uma nova atitude em relação às organizações sindicais do setor, que privilegie a negociação e a concertação, sem o que não haverá condições para que o trabalho nas escolas decorra em normalidade".

Em frente ao Ministério da Educação, os manifestantes estiveram acompanhados pelo Secretário-Geral da UGT, João Proença, e pelo Presidente da UGT, Pereira Lopes, para além de outros dirigentes desta central sindical. Na altura, ficou bem patente que "se chegou ao fim do caminho com esta ministra" (Manuela Ferreira Leite).

Numa alocução várias vezes interrompida por todos os manifestantes, Manuela Teixeira – que era a Secretária-Geral da FNE - fez a apresentação das "pequenas grandes coisas" de que a Ministra da Educação se tem esquecido, pondo em causa "um esforço pela educação feito por governos deste Primeiro-Ministro", lembrando que o Governo será julgado em Outubro também pelas promessas que fez e não cumpriu.

Manuela Teixeira estava a aproveitar a oportunidade para comentar o desabafo da ministra em comentários desse dia à Rádio Renascença, em que se queixava de nunca ter contado com o apoio da FNE em todo o seu mandato.

Manuela Teixeira respondeu que **as organizações sindicais não existem para apoiar ministros ou governos, mas para procurar, pela via do diálogo e da negociação, a defesa dos trabalhadores que representam.**

Continuou dizendo que das organizações sindicais só se pode esperar que apoiem - isso sim - os acordos a que chegarem e não os governos ou os ministros com quem negociam.

"Esta Ministra da Educação já não tem legitimidade para fazer mais nada, já que tem contra ela os professores, os técnicos Administrativos e auxiliares da educação, os pais, os alunos, a sociedade em geral" - concluiu a Secretária-Geral da FNE. Por isso, Manuela Teixeira aconselhou-a: "Não faça mais nada até Outubro!". Assim, exortou o Primeiro-Ministro a não agendar para Conselho de Ministros mais nenhuma proposta legislativa da responsabilidade desta Ministra.

A terminar a manifestação, João Proença – o secretário-geral da UGT à época - lembrou que será responsabilidade do próximo Governo "dialogar e concertar e ter uma política que garanta aos jovens um ensino que os prepare para o futuro."





Na sua intervenção, o Secretário-Geral da UGT acusou o Governo de não ter política para a Educação e subscreveu as críticas de que o Executivo não cumpriu as promessas assumidas na área da Educação.

A realização desta manifestação seguiu-se ao IV Congresso da FNE, que tinha reunido na Exponor, em Matosinhos, em 19, 20 e 21 de abril desse ano, sob o lema "Investir na Educação é ganhar o futuro".

Na abertura deste Congresso, a Secretária-Geral da FNE já tinha sido extremamente crítica da ação do Ministério de Manuela Ferreira Leite (que esteve em funções entre 7 de dezembro de 1993 e 28 de outubro de 1995), ao dizer "Atrevo-me mesmo a dizer que o que ficará do seu mandato é a imagem de um governante que governou contra os professores, contra os alunos, e, sobretudo, contra a educação".

Imediatamente após o Congresso, a FNE remeteu ao Primeiro-Ministro – Cavaco Silva – um pedido de reunião para exigir o desenvolvimento dos processos negociais que visavam a regulamentação de múltiplos aspetos do Estatuto da Carreira Docente, sistematicamente impedidos pela Ministra da Educação. Recorda-se que o Estatuto da Carreira Docente – em vigor desde 1989 –, tinha muitas matérias de valorização da carreira docente por regulamentar. Embora o anterior Ministro da Educação, António Couto dos Santos, tenha tido uma ação política de concretização de várias das medidas que constavam daquele Estatuto, havia muitas outras que tinham ficado sem solução, e que a nova Ministra da Educação ignorava.

O Primeiro-Ministro não correspondeu ao pedido da FNE e as declarações públicas da FNE acentuaram a dureza das críticas ao Ministério da Educação, a que se juntou a realização de um conjunto de plenários em todo o país, das quais resultou o envio de telegramas ao Primeiro-Ministro e à Ministra da Educação – Professores estão indignados com a frustração das suas expectativas.

Logo a seguir, nas eleições de 1 de outubro de 1995, o PS ganha as eleições, com 43,76% dos votos (112 deputados), ficando o PSD de Fernando Nogueira com 34,12% dos votos (88 deputados). No Governo que resulta destas eleições, o novo Ministro da Educação foi Eduardo Marçal Grilo.



Investir Garantir

NA EDUCAÇÃO

O FUTURO

WWW.FNE.PT



Panorama escolar da Beira Alta Raiana

Nos anos 60/70, no seguimento de outras medidas anteriores, o país tinha uma rede escolar relativamente curta para o número de indivíduos em idade escolar. Fazer notar que a Escolaridade obrigatória até ao ano 1973 (Lei de Bases do Sistema Educativo – Veiga Simão) era tão só o 8º ano. Porém é mais que sabido que embora fosse escolaridade obrigatória, até à revolução de 1974, isto não era cumprido (porque não havia como o fazer com o escasso número de docentes para os níveis acima da “famosa 4ª Classe). Importante era que o povo soubesse LER, ESCREVER E CONTAR.

A debandada pela emigração nos anos 60, levou a que muitos tenham emigrado ainda analfabetos. E muitos casos, alguém escrevia as cartas para o marido na França; alguém lá na França lia a carta; depois um que soubesse escrever escrevia a resposta, e deste lado outro alguém a lia (teremos hoje com a vaga migrante provavelmente situações semelhantes – agora como país que acolhe).

Tendo em conta que o país tinha cerca de 300 concelhos; e tão só 23 LICEUS (um em cada capital de distrito) e outras tantas Escolas Industriais. A oferta era mesmo exígua – não deixando talvez de comportar/acomodar as necessidades à época.

Os alunos que pretendessem frequentar o ensino secundário teriam que o fazer com grande sacrifício (ou porque se tinham que deslocar diariamente para a capital de Distrito; ou alugando um quarto nas condições consideradas na altura como as dignas/suficientes). Os transportes da maioria dos concelhos para a Guarda não se faziam, a não ser em alguns dias da semana.

Passámos de uma época (anos 60 e 70) de muita população em meio rural, em que as escolas de Primeiro Ciclo estavam espalhadas por todas as aldeias de dimensão média para cima (mas sem oferta formativa de proximidade; a não ser pontualmente a Tele Escola); passámos assim para uma oferta mais alargada disponível em todos os concelhos de ensino até ao 12º ano.

Há que ressaltar, que em parte destes territórios (Sabugal/Almeida/Figueira de Castelo Rodrigo), que ainda sem resposta do poder central (anos 60 a 90) para suprir as necessidades, tiveram neste particular um papel muito importante os “padres e beneméritos” desta região raiana. Sabugal; Vilar Formoso; Almeida e Figueira de Castelo Rodrigo; quatro escolas privadas com paralelismo pedagógico. Tivemos ainda neste território, duas escolas de referência: Externato do Soito (privado) e Colégio da Cerdeira (este pertencente a uma “obra da igreja” com internato para o sexo feminino até ao 9ºano).

Faça-se notar que para este território, e para este período (anos 60 a anos 90), houve famílias que tiveram soluções externas ao território, nomeadamente a colocação em colégios e seminários – a título de exemplo, só da Aldeia da Ponte, Sabugal, no ano 75/76 estavam 16 rapazes no seminário dos Missionários do verbo Divino no Tortosendo.

Partindo de uma leitura ligeira, de simples dados estatísticos, com incidência num território de baixa densidade, facilmente se conclui que o definhamento parece acentuar-se à medida que o tempo avança.

Há no entanto, pelo que se pode ler das respostas dos diretores de agrupamentos, uma ligeira esperança com esta dinâmica migrante que se estende por todo o território português.

Em 1973, com publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, passou para 8 anos; tínhamos o seguinte: cerca de 1/3 da população era analfabeta; passando de 33% de jovens (anos 60) para 7% na atualidade. Caminhamos para em pouco tempo deixar de haver oferta de escolas secundárias em quase todo este imenso território? Cabe referenciar que, passados estes anos, há uma espécie de eterno retorno: os territórios correm o risco de deixar de ter novamente oferta formativa no secundário. Pergunta-se: como pode um território atrair gente se os filhos dessa gente não podem escolher que caminho seguir?

Vamos mais uma vez voltar a alunos deslocados? Ou pais deslocados?

Agostinho Almeida Silva
Coordenador Distrital da Direção da Guarda do SPZC



Denunciar as razões do mal-estar na educação - "Só não vê quem não quer"

Os sindicatos, hoje, mais do que nunca, têm a responsabilidade de promoverem a auscultação e o brado da insatisfação e mal-estar dos profissionais da educação.

Vários estudos (OCDE, UNICEF, Universidades) comprovam que o ambiente escolar se vem a degradar há anos, atingindo um cúmulo quase insuportável na generalidade das escolas. Os professores sentem um desgaste profundo e estão no limite.

Podem-se apontar um conjunto de fatores, que suscitam diferentes graus de concordância, mas todos eles são necessariamente merecedores de atenção: os mega agrupamentos, a indisciplina e a sobrecarga curricular.

Começemos por falar dos mega agrupamentos, que visavam ganhos de eficiência e racionalização de recursos, mas geraram efeitos colaterais com impacto direto no bem-estar dos professores, na qualidade do ensino e na gestão do quotidiano escolar. O tratamento entre os membros tornou-se impessoal e aumentou a distância entre direção, professores, alunos e pais; as decisões da gestão tornaram-se mais burocráticas, menos humanas, aumentando a carga administrativa e diminuindo o sentido de pertença.

As direções sentem-se sobrecarregadas e mostram dificuldades nos processos de resolução, devido à dispersão dos edifícios, ao número de profissionais da educação e alunos, dificultando a administração direta e próxima.

Impõe-se repensar a organização das escolas, com base na qualidade das relações, no bem-estar dos profissionais da educação e no sucesso educativo dos alunos.

O segundo ponto é a indisciplina. Um dos maiores desafios enfrentados pelos profissionais da educação, contribuindo significativamente para o crescente mal-estar nas escolas. A permanência prolongada na escola, com intervalos curtos, almoços apressados e atividades que se sucedem, têm impacto no agravamento da indisciplina e no respeito mútuo.

Os episódios de indisciplina não resultam apenas de “falta de valores” ou “crianças malcriadas”, como se ouve dizer de forma simplista, muitas vezes, resultam do desrespeito para com a falta de pausas, de movimento, de tempo para socializar e para ser apenas jovem. Logo, os professores, pressionados por programas extensos, pela multiplicidade de tarefas e funções, têm de lidar com turmas agitadas e/ou desmotivadas, sem tempo e sem condições para garantir um processo de ensino-aprendizagem mais humanizado. Esse clima de desrespeito afeta diretamente a saúde mental dos docentes, originando situações de burnout, depressão e desistência da carreira.

O prazer e a paixão de ensinar dá lugar à exaustão e ao desencanto.

O terceiro ponto desta reflexão é o currículo extenso, fragmentado e exaustivo, das múltiplas disciplinas, num sistema de “aprendizagem em espiral”, que obriga a voltar aos mesmos conteúdos ao longo dos anos, em níveis crescentes de complexidade, em ritmo sempre acelerado, criando desmotivação e ansiedade. Os professores com horários repletos de múltiplas tarefas: apoios, projetos, reuniões, plataformas, relatórios, procuram cumprir a qualquer custo os pesados programas curriculares, sacrificando a qualidade e o acompanhamento dos alunos de forma mais próxima.

Urge agir em defesa do bem-estar docente, para um melhor ensino.

Isabel Arribança
Coordenadora da delegação do SPZC de Aveiro



Mais do que assistente operacional — sou pessoal de apoio educativo com orgulho!

Sou assistente operacional — ou, como prefiro dizer, pessoal de apoio educativo. Gosto desta designação porque acredito que nenhuma profissão deve ser definida pela negação de outra. Ser "não docente" é uma expressão que não faz justiça ao nosso papel fundamental nas escolas. Somos muito mais do que isso: somos presença, cuidado, escuta, vigilância, proteção, apoio — somos parte ativa da educação.

Trabalho há vários anos para a Câmara Municipal de Cascais, no Agrupamento de Escolas da Parede, mais concretamente na EB1/JI do Murtal — um verdadeiro pedaço de céu onde dou o melhor de mim todos os dias. Saio de casa em Sintra bem cedo e, com gosto, percorro quase dez km por dia. Como diz o ditado: "quem corre por gosto não cansa". E eu não me canso, porque amo aquilo que faço.

O meu dia começa às 7h30, com a limpeza das salas, e estende-se por uma série de tarefas que vão muito além do que está descrito no papel. Dou apoio às educadoras e professoras, acompanho as crianças nos seus momentos mais delicados, cuido delas quando estão doentes, acalmo choros, partilho alegrias. Sou, como muitos colegas, um ponto de referência constante. O nosso trabalho é essencial para o bom funcionamento da escola e para o bem-estar das crianças.

Existe, no entanto, uma diferença abismal entre as funções desempenhadas no pré-escolar e 1.º ciclo onde me encontro e as dos colegas que trabalham no 2.º, 3.º ciclo e secundário. Trabalhar com crianças pequenas exige um perfil muito específico: sensibilidade, empatia, paciência, e sobretudo formação. Não basta estar presente — é preciso saber estar. É urgente reconhecer que este trabalho exige competências muito próprias e uma valorização real e justa.

Tenho apostado fortemente na minha formação através do CEFOSAP — uma entidade de âmbito nacional que me tem permitido crescer e aplicar novos conhecimentos no dia a dia. Cursos como Inteligência Emocional, Gestão de Conflitos ou Ensinar Empatia às Crianças não são apenas formações no papel — são ferramentas práticas que moldam a forma como atuo e interajo com os alunos.

Graças a esse investimento pessoal e profissional, tive o privilégio de idealizar e liderar projetos inesquecíveis com o apoio da Câmara Municipal de Cascais. Um deles foi um torneio de futebol de cinco dias repletos de alegria e espírito de equipa, com troféus oferecidos pela Câmara e prémios entregues pelo Presidente da Junta de Freguesia de Carcavelos e Parede, uma presença constante e próxima das nossas escolas.

Outro momento marcante foi o tão esperado "Dia da Mangueirada", um evento cheio de jogos, gargalhadas e água, onde a diversão e a segurança caminharam lado a lado.

E o mais bonito? Foi ver toda a comunidade escolar envolvida nestes projetos — desde os professores e educadoras até à direção e auxiliares. Porque quando uma simples assistente operacional acredita, insiste, propõe e não baixa os braços, tudo se torna possível. Já dizia o meu pai: **"O não está garantido. O resto vem por acréscimo."** E é com essa força de vontade que tenho conquistado espaço, respeito e parcerias dentro da escola.

Nada disto seria possível sem a equipa maravilhosa que tenho ao meu lado. A minha gratidão à coordenadora da escola, que sabe ouvir, apoiar e caminhar connosco. É graças a esse espírito de equipa que conseguimos criar experiências inesquecíveis para as nossas crianças.

Sem esquecer que, no meu percurso, senti a necessidade de procurar apoio institucional e entrei para o STAAE Sul e Regiões Autónomas. Foi através deste sindicato que encontrei uma equipa que defende verdadeiramente os nossos interesses, que luta por melhores condições e pela valorização das nossas carreiras. Com o STAAE percebi que não estou sozinha nesta caminhada.

É tempo de olhar para o pessoal de apoio educativo com mais respeito e dignidade. Não somos invisíveis. Somos parte integrante das escolas, estamos na linha da frente do cuidado e do apoio aos alunos. Queremos ser reconhecidos como profissionais qualificados que contribuem, todos os dias, para o sucesso e equilíbrio da comunidade escolar.

Enquanto esse reconhecimento pleno não chega, continuarei — com orgulho, entrega e paixão — a fazer o meu caminho. Com um sorriso no rosto, os pés ligeiros pelos corredores da Murtal, e o coração cheio por fazer parte da vida de tantas crianças.

Maria João Netto
STAAESRA

COMUNICADO

FNE REAGE A MEDIDAS DO PROGRAMA GOVERNO SOBRE OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

2025 TEM DE SER ANO DE CONCRETIZAÇÕES!

fne www.fne.pt



Trabalhadores de Apoio Educativo - 2025 tem de ser ano de concretizações!

A FNE reagiu também às Medidas do Programa do Governo sobre os Trabalhadores da Educação **saudando o reconhecimento, ainda que tímido, do papel fundamental que estes trabalhadores desempenham no funcionamento e qualidade das escolas. Contudo, a FNE considera necessário um reforço significativo de compromisso político e medidas mais concretas que traduzam uma verdadeira valorização destes trabalhadores, que afirmam sentir-se invisíveis aos olhos dos sucessivos governos que não os reconhecem nem valorizam.**

É, por isso que a FNE considera ser seu dever reagir com responsabilidade, mas também com a necessária firmeza crítica às medidas apresentadas para *“Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas”*, exortando o Governo e os partidos com assento parlamentar a introduzirem as alterações que consideramos essenciais para a valorização dos trabalhadores de apoio educativo, destacando o seguinte:

- Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas

A FNE considera essencial que a autonomia das escolas não se traduza em desresponsabilização do Governo quanto ao investimento nos recursos humanos e materiais. A modernização e autonomia devem abranger igualmente o quadro dos trabalhadores de apoio educativo, incluindo maior envolvimento nos projetos educativos, formação contínua adequada e condições dignas de trabalho.

- Transferência de competências para as Autarquias

A FNE reitera a sua preocupação com o atual modelo de descentralização, que tem gerado disparidades na gestão e condições laborais dos trabalhadores de apoio educativo entre diferentes municípios. É imprescindível garantir uniformidade e justiça nas condições de trabalho, carreiras e remunerações, independentemente da autarquia. Exigimos a criação de mecanismos de fiscalização, acompanhamento e participação sindical neste processo.

- Reformar a organização do processo educativo fora da sala de aula, valorizando o pessoal não docente

Esta é uma das medidas mais relevantes para os trabalhadores que a FNE representa. Saudamos a intenção expressa pelo XXV Governo Constitucional de valorizar os Técnicos Superiores (Técnicos Especializados para Outras Funções – TEOF), mas sublinhamos que essa valorização deve ser alargada e equitativa a todo o universo dos trabalhadores de apoio educativo, nomeadamente os Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais, cuja dedicação, empenho e papel no processo educativo são absolutamente imprescindíveis.



A FNE defende com firmeza a necessidade de:

- Definição urgente de perfis funcionais claros, que reflitam a real diversidade e complexidade das funções desempenhadas por todos os trabalhadores de apoio educativo;
- Carreiras profissionais reconhecidas, valorizadas e com perspetivas de progressão dignas, acabando com a estagnação e desvalorização atualmente sentidas;
- Condições de trabalho e salariais justas e atrativas, que reconheçam o esforço diário destes profissionais no apoio ao funcionamento das escolas e ao bem-estar dos alunos;
- Formação específica e contínua, ajustada às exigências atuais das funções, promovendo o desenvolvimento profissional e pessoal;
- Reconhecimento formal do papel educativo destes profissionais, que não deve ser visto como meramente auxiliar ou secundário, mas como parte integrante da missão educativa da escola.

Sem esta valorização global e efetiva não será possível alcançar a qualidade que o sistema educativo necessita e que os nossos alunos e as comunidades escolares merecem.

Reforçar o mapa de pessoal de técnicos superiores especializados (TEOF)

A FNE considera positiva a intenção de reforçar o apoio técnico especializado nas escolas, desde que tal não seja feito à custa da desvalorização dos atuais trabalhadores de apoio educativo. Estes devem continuar a integrar equipas educativas multidisciplinares, com acesso à progressão e à formação necessária para responder aos novos desafios.

Neste sentido, a FNE sublinha também que é urgente pôr fim à precariedade destes trabalhadores, que são sucessivamente contratados com horários precários, incompletos e sujeitos a inúmeros aditamentos, sem que tenha sido cumprido o compromisso da abertura de concursos que ponham termo a anos sucessivos de instabilidade. É fundamental garantir a vinculação de milhares de profissionais indispensáveis ao bom funcionamento das escolas e à resposta adequada às necessidades dos alunos.

Criação de uma plataforma integrada de informação

Uma modernização tecnológica da administração educativa pode ser uma ferramenta útil de gestão, desde que não substitua a necessária valorização dos recursos humanos. Os trabalhadores de apoio educativo devem ser incluídos e ter acesso a formação contínua no âmbito das ferramentas digitais, garantindo a sua capacitação.

A FNE reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e para a negociação, mas exige do Governo compromissos concretos e mensuráveis que respondam às justas reivindicações dos trabalhadores de apoio educativo, uma vez que sem a sua valorização, nenhuma reforma educativa será verdadeiramente eficaz.

FNE recordou situação dos técnicos especializados

A FNE manifestou ainda a sua profunda preocupação face às condições em que se perspetiva o arranque do próximo ano letivo, nomeadamente no que respeita à situação dos técnicos especializados e demais trabalhadores de apoio educativo.

Afirmou a FNE que “apesar das diversas promessas por parte do Governo e da tutela, continuamos a assistir à ausência de medidas concretas que ponham fim à inaceitável situação de precariedade vivida por estes profissionais. A não concretização da abertura dos concursos para a sua vinculação representa não só o incumprimento de compromissos assumidos, como também o prolongamento de uma injustiça que compromete o normal funcionamento das escolas”.

Considera a FNE que estes trabalhadores desempenham funções essenciais para o apoio às comunidades educativas, contribuindo diariamente para a qualidade da escola pública. A manutenção da sua precariedade, sem perspetivas de estabilidade e valorização profissional, poderá levar muitos a abandonar o sistema educativo, procurando melhores condições laborais fora das escolas. Tal desinvestimento terá consequências negativas diretas para os alunos, para os projetos educativos e para a coesão das equipas escolares.

A FNE exige medidas imediatas e eficazes que assegurem a estabilidade profissional destes trabalhadores e o reconhecimento do seu contributo. É imperativo garantir condições dignas de trabalho para todos os que contribuem para o sucesso da educação em Portugal.

A FNE e os seus sindicatos mantêm-se disponíveis para a construção conjunta de soluções, permanecendo atentos e mobilizados na exigência de respostas claras por parte do Governo, de um compromisso efetivo com a qualidade da educação e da valorização de todos os Trabalhadores da Educação.



A FNE no 9º Congresso da CIG-Ensino da Galiza: promover o português para preservar o galego

O 9º Congresso da CIG-Ensino da Galiza consolidou definitivamente o regresso desta estrutura sindical galega ao seio da CPLP-SE, da qual é fundadora. A estratégia é de proximidade histórica: impulsionar o conhecimento da língua portuguesa no sistema educativo galego para mitigar “a situação de emergência linguística que se vive na Galiza”.

“A Forza do Compromiso” foi o tema do 9º Congresso da Confederação Intersindical Galega de Educação (CIG-Ensino), que decorreu em sete de junho de 2025, na Escola Galega de Administração Pública (EGAP), em Santiago de Compostela. O congresso debateu o Ensino Público, a Língua, a Igualdade e os Direitos e elegeu Laura Arroxo como Secretária Nacional, que sucedeu a Suso Bermello, líder da organização nos últimos oito anos.

A FNE participou no congresso como membro da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), da qual a CIG-Ensino é membro fundador de pleno direito, pela proximidade histórica entre as línguas e culturas portuguesa e galega. Na verdade, a organização galega participou no 1º Congresso da CPLP-SE, realizado em 19 e 21 de outubro de 2023, em Amarante, mas a sua ligação aos vários países de língua portuguesa é bem anterior.

A CIG-Ensino é uma federação da Confederação Intersindical Galega (CIG), que centra a sua ação sindical nas pessoas trabalhadoras dos diferentes setores educativos do país, desde a educação infantil até ao ensino superior. Como sindicato nacionalista, defende a identidade nacional da Galiza e mantém a independência de qualquer outra organização ou instituição. Como sinal de identidade, expressa-se em galego, e promove a cultura e a língua galegas como elementos integradores.

Define-se igualmente como um sindicato feminista, não patriarcal, combativo e de contrapoder, que pratica a solidariedade e o internacionalismo. Os seus estatutos defendem um ensino público galego e em galego, democrático, laico, coeducativo, gratuito e inclusivo.

Zeca Afonso considerava a Galiza a sua pátria espiritual. São dele estas palavras: «A Galiza (...) pertence à mesma realidade cultural que Portugal, sobretudo o Norte de Portugal»;

mas por artes de berliques e berloques, partilhas, lutas entre senhores feudais, hoje existe uma fronteira a separar povos que têm praticamente a mesma língua e que são, aliás, muitíssimo semelhantes, até na sensibilidade. Portanto, os galegos falam galego, ou seja, galaico-português, e não castelhano. Infelizmente, durante a ditadura franquista, tudo foi feito para que os galegos se envergonhassem da língua que falavam”.

Hoje, o galego encontra-se numa posição bastante frágil. O Ciberdúvidas traça-nos este retrato: “quase uma em cada quatro crianças galegas “pouco ou nada” fala de uma das duas línguas oficiais da região (a outra é o castelhano) e o número de falantes que a usam como primeira língua cai abruptamente. As estatísticas do Instituto Galego de Estatística, referentes a 2018, mostram um destino negro de um idioma que nos últimos anos foi sofrendo uma acentuada castelhanização e perdendo presença nos media e espaço social, especialmente entre os mais jovens.”



Lei Paz-Andrade por cumprir

Na sua obra “Assim Nasceu Uma Língua”, de 2019, Fernando Venâncio regista que “Quando Portugal se afirmou como país independente, em 1143, a língua que se falava era o galego. Denominar português qualquer variedade linguística anterior a 1400 é resvalar num anacronismo, e pelo menos numa sofrível incongruência». Já a Galiza, pela sua organização territorial tradicionalmente dispersa em aldeias, tem um povo que conservou até 1850 um galego muito puro».

Por sua vez, o linguista Marco Neves diz que, ao contrário do português, «que se desenvolveu como língua oficial de um Estado com uma tradição literária e normativa», na Galiza, e até ao século XIX, o galego vivia e evoluiu na esfera oral, «mas com uma tradição literária muito mais fraca e sem um Estado a proteger a língua».

A chamada Lei Paz-Andrade (Lei nº 1/2014), aprovada por unanimidade no Parlamento da Galiza a 24 de março de 2014, prometia uma abertura «para o aproveitamento da Língua Portuguesa e vínculos com a lusofonia». Na verdade, a lei tem como objetivo promover a língua portuguesa, tanto em seu uso diário como na educação e cultura. Mas passados onze anos continua em grande parte por cumprir.

Deste modo, continua a não ser possível ouvir rádio ou ver televisão portuguesa no território galego (e, de forma recíproca, ver canais galegos em sinal aberto em Portugal).





Também na educação os números mostram que só cerca de 10% das escolas dispõem do Português como oferta formativa. Na Estremadura, são 71%, com mais de 22 mil alunos a frequentar as aulas e com o Governo regional (Junta) a considerar a língua como uma «prioridade absoluta».

Ao longo dos últimos 40 anos, existiram diferentes enquadramentos legais que regulamentaram os usos linguísticos no ensino. O quadro atual implica uma estagnação do processo galego, pois não permite a utilização do galego em determinadas disciplinas, talvez naquelas que são popularmente consideradas muito importantes: Matemática, Física, Química... Por tudo isto, o castelhano continua a ser a língua de prestígio e o galego perde falantes a um ritmo preocupante.

“A língua portuguesa é oferecida no ensino secundário como segunda língua estrangeira”, diz-nos uma professora galega. “Mas na realidade funciona como uma matéria que não é estrangeira, porque na maior parte dos casos os alunos e alunas partem do galego.

Assim, o estudo de português converte-se numa ferramenta que permite aos alunos ver o galego como uma língua muito mais ampla, com a qual podem fazer a sua vida sem necessidade de recorrer ao espanhol”.

Ao longo dos seus mais de trinta anos de profissão esta docente tem sido testemunha “da progressiva diminuição da presença do galego nas aulas de Infantil e Primária. No mundo urbano a situação é muito grave, dado que a maior parte dos alunos não tem já o galego como língua materna nem como referente e só nos centros de ensino é onde muitos jovens ouvem falar algo da nossa língua. Também tenho reparado em que, progressivamente, as e os docentes que se incorporam aos centros, têm, em grande parte das ocasiões, como língua habitual o castelhano e esta é já a língua maioritária em muitas salas de professores”.

Outra questão nas escolas tem que ver com a língua utilizada nos materiais de apoio pedagógico. Uma professora confidenciou-nos que os materiais de apoio na maioria das matérias oferecidas em galego (ciências sociais, naturais, pedagogia terapêutica...) pura e simplesmente não existem.



Brinquedos na Galiza não falam galego

A questão da promoção da língua e da cultura galegas como elemento primordial de identidade está no centro da atividade sindical da CIG-Ensino. O congresso aprovou várias emendas aos estatutos, entre as quais o Artigo 4, que passou a ter a seguinte redação: “A CIG-Ensino expressa-se no idioma galego, defende este como único oficial da Galiza, promove a sua completa normalização e compromete-se a fazer um uso não sexista da língua”.

Pelas 10h00 da manhã do dia seis de junho ocorreu uma reunião de trabalho da CPLP-SE, que serviu para transmitir aos sindicatos presentes a situação de emergência linguística que o país atravessa e a falta de iniciativa para promover o conhecimento da língua portuguesa no sistema educativo galego.

Presente na mesa o conhecido ativista da língua galega Marcos Maceira, presidente da *Mesa pola Normalización Lingüística*, com quase quatro décadas de existência. Deste organismo fazem parte homens de letras da CPLP, entre outros os portugueses Lídia Jorge, Hélia Correia ou Valter Hugo Mãe.



Nas palavras de Marcos Maceira, “a língua galega resistiu a mais de 500 anos da língua espanhola e hoje vivemos uma situação de emergência linguística, mais grave na população mais jovem. Em 2013, 45% da população falava a língua galega, hoje registamos apenas 16,9%. Nos menores de 15 anos, 32,4% leem um texto, percebem algo, mas não se sentem capazes de falar fluentemente a língua galega”.

Marcos Maceira sublinha que nos processos jurídicos não se usa a língua galega e que “o Estado desconhece as línguas do Estado”. Por consequência, o uso oficial da língua galega é de apenas 0,008%. Na comunicação social há apenas um jornal em galego (*nòs diário*), que não recebe subsídios institucionais, nem por via direta, nem por via indireta. E só um canal de televisão transmite em galego.

“Esta é a razão porque apresentámos o ‘APELO: O teu nome como alento – fraternidade com a Língua Comum na Galiza – perante o informe sobre o galego apresentado no 29º exame periódico universal ao Conselho de Direitos Humanos da ONU’. Sem a nossa língua não seríamos o que somos hoje”. Marcos Maceira termina ressaltando que apenas 0,6% dos brinquedos na Galiza falam galego.

O ainda Secretário Nacional da CIG-Ensino Xésus Bermello frisou por sua vez que a realidade sócio-linguística da Galiza nem em Portugal se conhece bem. Estamos na CPLP-SE para dar a conhecer a nossa realidade e a língua galega tem uma presença abaixo do que a própria lei permite. Temos um governo centralizador, espanholizador e o que importa é espanholizar a sociedade. Falar da nossa língua é para nós primordial”.

Xésus Bermello referiu que na Catalunha havia uma burguesia que promovia o catalão. A burguesia da Galiza era espanholizada e criou-se a ideia que o galego era para os mais pobres: “Essa ideia ainda prevalece hoje em dia em determinados setores. O Franquismo proibia o galego nas escolas. O Franquismo terminou em 1975, mas a ideia que o galego não era para as escolas ainda permaneceu por muitos anos”.





Visita guiada a Santiago

Em 2021 completaram-se 40 anos desde que o galego passou a ser considerada língua oficial da Galiza, passando a ter um estatuto legal que lhe permitiria sair dos espaços informais e íntimos para os quais fora relegada pela ditadura franquista. Houve partes positivas, como o acesso universal ao galego no ensino.

Mas pesam bem mais as negativas, como “a ausência quase total de referências galegofalantes no dia a dia”. Daí o valor do ensino do galego, mas sobretudo do galego no ensino. Isto é, a presença “da nossa língua nas aulas, nos pátios, nos transportes escolares, nas atividades... e não apenas nas aulas de galego.

Uma professora de português na Galiza revelou-nos: “Quando aprendem a ler em português, veem com novos olhos a sua língua própria, olham-na não de um modo isolado, mas conetada e muito viva”.

Na sua intervenção, José Augusto Cardoso, coordenador da CPLP-SE lembrou o papel importante de Abel Macedo e Maria Arminda Bragança em acolher a CIG-Ensino na organização, lembrou as relações diretas da CPLP-SE com a OIT, o pedido do estatuto de observador consultivo à CPLP e afirmou que o grande desafio que temos pela frente é a formação de quadros e o rejuvenescimento.

Enquanto os representantes da CPLP-SE faziam uma visita guiada ao Museu Pedagógico da Galiza decorria uma “Xornada Sindical pola lingua. Sindicalismo, lingua e escola. A realidade linguística dos sistemas educativos das nacións sen estado: Galiza, Euskal Herria, Catalunha e País Valenciá”. O Museu Pedagógico da Galiza preserva a história da educação na região, em escolas e em muitas casas rurais, tantas vezes isoladas, muito utilizadas para atividades educativas informais, com uma explicadora.

Pelas 16h30 do dia 6 de junho decorreu uma visita guiada ao centro histórico de Santiago de Compostela e uma hora depois ao *Museu do Pobo Galego*, mesmo ao lado do Centro Galego de Arte Contemporânea, uma obra do arquiteto português Álvaro Siza Vieira, inaugurada em 1993.

Instalado no antigo Convento de San Domingos de Bonaval, o *Museu do Pobo Galego* é um impressionante guardião da antropologia social e cultural da Galiza, onde impera a memória das tradições das gentes, das artes e ofícios locais, muito interligados a celebrações, ao mar e à agricultura.

A jornada do dia sete de junho foi dedicada ao 9º Congresso da CIG-Ensino, que decorreu na Escola Galega de Administração Pública (EGAP). A FNE, representada por Joaquim Santos, foi uma das organizações convidadas a intervir.





Melhorar a saúde mental e riscos psicossociais na educação

Uma delegação da FNE composta por João Carlos Major, Joaquim Santos e Maria João Cardoso participou na conferência final do “Projeto Après Covid - Saúde Mental Ocupacional e Riscos Psicossociais na Educação”, que decorreu em Bruxelas em 17 e 18 de junho de 2025. A convite da organização esteve também presente João Paulo Leonardo, diretor da Escola Secundária de Passos Manuel, em Lisboa, uma das escolas visitadas pelo projeto.

O projeto APRÈS COVID foi uma parceria entre o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e os Empregadores Europeus da Educação (EFEE), que teve na FNE uma das organizações no chamado Grupo Consultivo, nos dois últimos anos.

O evento de dois dias reuniu partes interessadas no setor da educação, investigadores, decisores políticos da União Europeia e educadores e professores de toda a Europa para explorar a forma como o diálogo social pode impulsionar melhorias sistémicas nas condições de trabalho e na saúde mental dos trabalhadores da educação em todos os níveis de ensino.

Jelmer Evers, Diretor do CSEE, e Paddy Lavelle, Vice-Presidente da EFEE, abriram a conferência sublinhando a importância dos riscos psicossociais no trabalho conjunto do diálogo social europeu no domínio da educação, num contexto de crescente complexidade da sociedade e dos sistemas educativos.

A conferência proporcionou uma plataforma para a partilha de conhecimentos de investigação, práticas nacionais e estratégias conjuntas para garantir ambientes educativos seguros, solidários e saudáveis.

Entre os destaques esteve a apresentação do projeto de revisão das Diretrizes Conjuntas sobre a Prevenção e Gestão dos Riscos Psicossociais na Educação, desenvolvidas em conjunto pelo CSEE e pela EFEE. Estas diretrizes encontram-se agora num processo de consulta de dois meses, promovendo a apropriação coletiva e o diálogo sobre a melhor forma de se implementarem medidas preventivas nos sistemas educativos.

Estudos de casos nacionais de sindicatos e empregadores de Espanha, Roménia, Montenegro e Malta foram apresentados na conferência, ilustrando abordagens inovadoras para lidar com os riscos psicossociais através do diálogo social e do apoio institucional.

Ao longo dos dois dias, os participantes analisaram a interação entre as condições de trabalho e o bem-estar profissional, as implicações da digitalização e da IA e as estratégias de combate à violência e ao assédio em contextos educativos. A lituana Aleksandra Morozovaitė, da Visionary Analytics, apresentou as conclusões do relatório de investigação **Bem-estar profissional nos sistemas educativos europeu**, lançado na conferência.

A Professora Ulrike Bollmann, cientista da educação e especialista na integração da segurança e saúde no trabalho na educação, apresentou uma perspetiva centrada nos professores sobre os riscos e oportunidades da inteligência artificial, sublinhando a necessidade de colocar a segurança e a saúde dos educadores no centro da inovação digital nas escolas.





O Professor Peter Paulus apresentou o modelo “Good Healthy School”, sublinhando a importância de considerar a saúde como um fator de entrada na educação, em vez de um produto final.

Por sua vez, o português João Carlos Major, psicólogo académico e clínico, explorou o inspirador impacto emocional a longo prazo da pandemia nos professores (ver páginas seguintes). Apelou a uma abordagem transformadora da saúde mental dos professores, enquadrando os educadores como mediadores simbólicos fundamentais na sociedade, cujo bem-estar é essencial para a resiliência e coesão sociais. Para João Carlos Major, os educadores e professores não podem ser excluídos da escola inclusiva e de todos os apoios que os estabelecimentos escolares e as tutelas prestam aos seus diversos públicos alvos.

A conferência terminou com um painel de discussão virado para o futuro, reafirmando o compromisso dos parceiros sociais europeus de continuarem a defender ambientes de trabalho dignos, saudáveis e sustentáveis na educação.

A conferência marcou não só a conclusão do projeto APRES COVID, mas também um novo ponto de partida para uma cooperação contínua entre os parceiros sociais europeus. Com base nos resultados do projeto e no forte envolvimento dos membros, o CSEE e a EFEE irão explorar outras atividades conjuntas para aprofundar a sua colaboração na prevenção e gestão dos riscos psicossociais na educação.



Do Trauma Coletivo à Transformação: Uma Proposta Clínica para a Saúde Mental dos Professores na Era Pós-COVID

Tradução do texto: "From Collective Trauma to Transformation: A Clinical Proposal for Teachers' Mental Health in the Post-COVID Era", apresentado em Bruxelas a 18 de junho de 2025.

João Carlos Major, PhD – Psicólogo Clínico
joaocarlosmajor@gmail.com | www.jcmajor.iaap.pt

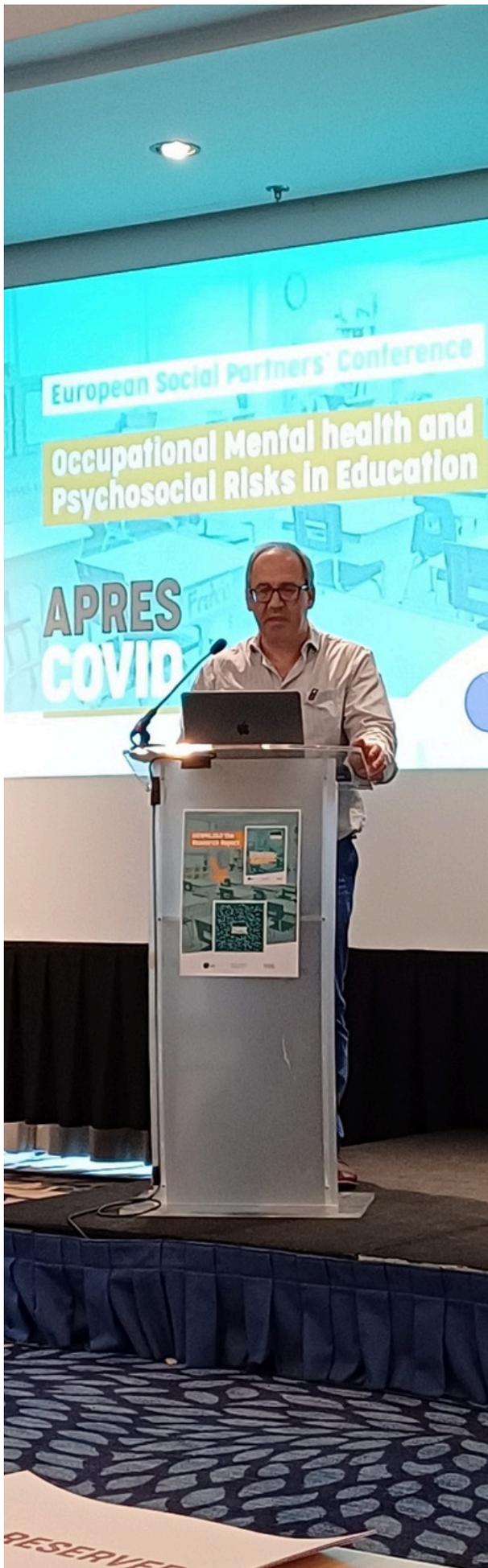
Introdução

Senhoras e senhores, prezados colegas e companheiros de jornada da educação e do cuidado ao outro,

Quando falamos do mundo pós-COVID, especialmente na educação, frequentemente nos concentramos naquilo que foi perdido — rotinas, certezas, energia, direção. E com razão. Contudo, nesse processo talvez algo mais se tenha tornado manifesto.

Talvez as fissuras nos nossos sistemas, nas nossas estruturas e até em nós mesmos tenham aberto espaço para compreendermos mais profundamente algo que sempre esteve presente: uma capacidade interior de resistir, de transformar e de guiar outros por um caminho comum.

A crise, como sabiam os antigos, não é apenas uma rutura; é também uma revelação.



A pandemia arrancou muitas ilusões, mas também iluminou o que costumamos tomar como garantido: a força silenciosa daqueles que sustentam o tecido emocional e ético de nossas comunidades — os nossos professores. Na ausência da estabilidade e normalidade, eles tornaram-se nos portadores da continuidade. Na ausência das certezas, tornaram-se o rosto humano da esperança.

Hoje, desejo apresentar não apenas um enquadramento clínico, mas uma perspectiva que desafia a suposição dominante de que os seres humanos são tábulas rasas moldadas passivamente pela história e pelas circunstâncias. Quero revelar os professores não apenas como profissionais sob pressão, mas como possíveis mentores, âncoras emocionais e faróis éticos num mundo instável e desesperadamente carente de coerência. E a eles se deveriam submeter os estudantes, os diretores de escola e as estruturas públicas ou governamentais, e não o contrário.

O projeto que aqui descrevo — Alicerces da Mente — é tanto clínico quanto simbólico. Surge do meu trabalho como professor de psicologia e psicólogo clínico, conectado com a tradição psicológica de Carl Gustav Jung. Acima de tudo, é uma oferta — uma proposta para repensar quem são os professores, o que esperamos deles e o que se podem tornar na vida daqueles a quem servem.

Antes de apontarmos soluções ou pistas de solução, precisamos compreender os nossos fundamentos. Com efeito, se quisermos propor aos professores um caminho significativo, antes devemos perguntar: que tipo de seres somos e do que realmente precisamos para florescer? Começamos por visitar a própria arquitetura da psique humana — entendida esta não como uma abstração, mas como uma estrutura viva à espera de ativação.

Note-se, isso não é apenas uma preocupação acadêmica ou profissional — é uma questão civilizacional. A forma como cuidamos daqueles que cuidam de nossos filhos revela quem somos — e quem nos estamos a tornar.

Ponto 1: Para Além da Tábula Rasa — O Mito da Humanidade Passiva

Há uma revolução silenciosa — uma que tem vindo a crescer discretamente nos campos da psicologia, da neurociência e da biologia dos códigos (code biology), entre outros. Trata-se da ideia de que não somos recetores passivos do mundo, mas que chegamos a ele já equipados - não com conteúdos, mas com formas; não com conhecimento, mas com a prontidão para conhecer, sentir e nos relacionar.

Essa visão contrasta fortemente com a noção amplamente difundida do ser humano como uma tábula rasa, isto é, um constructo puramente histórico ou social. Tal visão, comum na teoria educacional pós-moderna, frequentemente ignora a arquitetura interna que torna inteligível a aprendizagem, e até mesmo o sofrimento. A psicologia profunda, especialmente na tradição junguiana, há muito sugere que existem moldes inatos — frequentemente chamados de padrões arquetípicos — que preparam a psique para responder à vida de maneiras significativas. Essas formas internas não são aprendidas em livros nem são construídas do zero pela cultura. Em vez disso, elas apresentam-se como as pré-condições da própria experiência: potenciais latentes que aguardam ativação.

Essa ativação não acontece ao acaso. A etologia, o estudo comparativo do comportamento animal, refere-se a estímulos desencadeadores ou estímulos ativadores competentes, ou seja, gatilhos percetivos que desbloqueiam o funcionamento instintivo. Na nossa espécie, esses mecanismos de ativação comportamental são frequentemente emocionais, éticos e simbólicos. Não são meros eventos neurológicos; são encontros relacionais. Isso nos conduz a uma questão mais profunda: o que se apresenta como mediador dessas ativações?

É aqui que entra a linguagem de um campo da biologia, a chamada biologia dos códigos, cuja principal referência é o embriologista Marcello Barbieri: assim como um código biológico ou uma forma (como o DNA, por exemplo) requer um mediador — como o RNA transportador na síntese de proteínas ou uma rede neuronal que ativa uma resposta motora (e o mesmo se aplica ao funcionamento da Inteligência artificial - IA: (1) códigos → (2) mediadores → (3) artefactos. Sequência que se mostra verdadeira em todos os campos: da célula à mente “natural”, culminando nas chamadas mentes “artificiais”, que têm tanto de artificial como as naturais pois são apenas uma extensão das primeiras. Mas por muito importante que isto seja, e é, este não é o foco da minha intervenção hoje).

Voltemos ao ponto chave: os nossos modelos psicológicos internos para se ativarem precisam de um mediador: uma pessoa, uma presença, alguém que encarne, ainda que de forma imperfeita, a integridade e a coerência que se encontram latentes ou como possibilidades filogenéticas. Nesse sentido, a psique opera por meio de códigos simbólicos: a forma interna, o estímulo externo e o mediador relacional atuam juntos para gerar um “artefacto psicológico”, isto é: um novo comportamento, um novo significado, uma nova forma de ser.

O professor, sob essa ótica, não é apenas um transmissor de conhecimento externo.

Ele é, potencialmente, um mediador de códigos. Ele espelha e dá forma às estruturas latentes filogenéticas presentes nos seus alunos. E isto não por meio da doutrinação, mas da presença; não pela performance, mas pelo exemplo. O professor torna-se o ambiente de ativação — não porque substitui os pais, mas porque dá continuidade à ancestral função da iniciação; que os rituais de passagem propiciavam outrora.

Insistamos: essas estruturas internas — esses padrões latentes — não se ativam por si só. Elas requerem quem espelhe essas potencialidades inatas por intermédio de uma presença significativa. E é sobre esse alguém que se refere a nossa reflexão de hoje: a pessoa do professor, entendido não como técnico ou mero transmissor de conteúdos, mas como mediador simbólico — aquele que desperta nos outros o que, de outro modo, permaneceria adormecido.

Ponto 2: O Professor como Espelho e Iniciador

Durante a pandemia, muitos professores se sentiram sobrecarregados, exaustos e, paradoxalmente, invisíveis. A sociedade pediu-lhes que mantivessem tudo de pé — a aprendizagem das crianças, as rotinas das famílias, a estabilidade emocional — sem de facto reconhecê-los. Ainda assim, mesmo nessa invisibilidade, muitos se tornaram mais do que instrutores; tornaram-se testemunhas. Em alguns casos, tornaram-se também iniciadores.

O que quero dizer com isso?

Nas sociedades tradicionais, o papel do ancião não é apenas o de transmitir o conhecimento, é fundamentalmente o de espelhar junto dos mais jovens os seus próprios recursos internos, ajudando-os a descobrir a coragem, a clareza de pensamento e os limites e fundamentos éticos do comportamento. Esse papel não desapareceu; apenas evoluiu. Hoje, ele configura o papel do “professor”.

Mas espelhar não é apenas refletir — é reconhecer. O professor, como espelho, devolve ao aluno uma imagem mais profunda do seu próprio potencial. Ele oferece uma ressonância psíquica capaz de estabilizar a identidade e despertar a orientação. Isso é uma verdadeira iniciação: ajudar a transpor um limiar.

E no nosso tempo, muitos desses limiares desmoronaram. Na ausência de ritos/rituais de passagem claros, de orientação intergeracional e de um arcabouço espiritual e moral, o professor foi silenciosamente convocado a ocupar esse vazio. Sem o recurso ao ritual, a sala de aula tornou-se o último espaço onde a transformação ainda pode ocorrer — não por meio de dogmas, mas por meio de presença, estrutura e exemplo ético.

Um bom professor não é apenas alguém que administra uma turma ou transmite conteúdo. Ele é, quer aceite ou não, um agente simbólico na vida psicológica dos seus alunos: o catalisador da ativação da força interior; mas isto somente — permitam-me repetir — somente, se ele próprio for apoiado, reconhecido e cuidado.

E aqui chegamos ao cerne do problema clínico: como esperar que os professores sejam iniciadores de crescimento se estão exaustos, isolados ou desorientados?

E essa desorientação não é pessoal; é sistémica. Hoje, espera-se que os professores preencham lacunas institucionais que vão muito além da educação: espera-se que sejam conselheiros, mediadores de conflitos, respondam a traumas — muitas vezes sem formação, tempo ou apoio.

O que é isso senão uma delegação silenciosa dos deveres inacabados da sociedade? Quando famílias colapsam, instituições se corroem e comunidades se fragmentam, depositamos a nossa última esperança na sala de aula — e, por extensão, no professor — sem lhe oferecer os recursos simbólicos ou materiais para lhe proiciar essa missão.

Esses desafios só se intensificaram na era pós-COVID. Muitos professores foram forçados a reinventar os seus métodos pedagógicos em plataformas digitais, muitas vezes com apoio mínimo e tempo insuficiente. Ao mesmo tempo, os alunos retornaram às salas emocionalmente frágeis e com atraso no desenvolvimento da capacidade de se relacionar, conviver e simplesmente estar com os outros. Um professor resumiu assim: “eles não sabem mais estar juntos.” Enquanto os professores carregavam o peso emocional de salas inteiras, o discurso público focava quase exclusivamente na perda da aprendizagem e na urgente entrega de conteúdos. E a tarefa mais profunda — a relacional, ética e emocional — permaneceu em segundo plano.



No entanto, os professores persistiram — não como agentes passivos, mas como símbolos vivos de estabilidade. Isso revela um paradoxo: tratamo-los como profissionais descartáveis enquanto exigimos deles a presença emocional de um pai, a consistência ética de um mentor e a resiliência de um assistente social. A sua humanidade é o seu maior trunfo — e, mesmo assim, frequentemente a exigimos sem reconhecimento das suas necessidades.

Como observou criticamente um outro educador, mesmo as preocupações institucionais atuais com a saúde mental dos professores às vezes ocultam uma lógica utilitária mais profunda: não se trata de apoiá-los como pessoas, mas de, com isso, vir a melhorar o desempenho dos alunos. Isso revela uma patologia cultural mais abrangente: a de uma sociedade que prioriza a eficiência em detrimento da empatia, a precisão acima do processo, e a performance em vez da presença. Neste contexto, resgatar o papel do professor como mentor da maturidade socioemocional torna-se não apenas um imperativo clínico, mas também ético e cultural.

Ponto 3: “Alicerces da Mente” — Um Enquadramento Clínico e Simbólico

As exigências — emocionais, simbólicas, sistêmicas — impostas aos professores são imensas. E, no entanto, muitas vezes são recebidas com silêncio. Se quisermos honrar o papel que exercem, devemos criar espaços reais e intencionais onde também possam ser vistos, ouvidos e restaurados. Esse foi o espírito por trás da criação do projeto “Alicerces da Mente” — uma iniciativa de um sindicato português, o Sindicato dos Professores da Zona Norte – SPZN.

Com essas questões em mente — questões de exaustão, invisibilidade e perda de papéis simbólicos — desenvolvemos o nosso projeto não como um programa, um protocolo ou um indicador de desempenho. Em vez disso, ele funciona como um espaço — um recipiente simbólico — onde os professores podem-se reconectar consigo mesmos, com as suas histórias e com um campo partilhado de profundidade humana.

O nosso objetivo é simples: oferecer aos professores ambientes estruturados para reflexão, regulação emocional e integração simbólica. Não se trata de terapia no sentido estrito, mas de algo mais fundamental: abrigo para a alma após o trauma e a fragmentação.

No coração do projeto “Alicerces da Mente” reside uma intuição clínica: o que cura verdadeiramente não é a eliminação dos sintomas, mas a reconstituição do sentido. Num tempo em que saúde mental é cada vez mais reduzida à neuroquímica e aos fármacos, ou ao controle comportamental, este projeto reivindica a dimensão simbólica do cuidado — a ideia de que a cura acontece através da narrativa, da imagem, da ressonância e do reconhecimento.

O projeto inclui três modalidades principais:

1. Sessões clínicas em grupo, centradas na contenção emocional, no reconhecimento mútuo e na construção compartilhada de significado. Nesses círculos, os professores não estão para “serem consertados”; vêm para falar, escutar e serem espelhados. E nesse espelhamento, algo ancestral acontece: o sentido de pertença e o da missão que lhes cabe na história humana.

2.Oficinas de literacia simbólica, nas quais os participantes trabalham com metáforas, imagens, sonhos e mitos pessoais. Essas oficinas não são exercícios acadêmicos, mas caminhos para reintegrar a experiência, dar nome e rosto ao que dói, e encontrar palavras — ou silêncios — que dignifiquem o vivido.

3.Ancoragem ética, que oferece um espaço para resgatar as motivações mais profundas do ato de ensinar. Num mundo obcecado pela técnica, estas sessões propõem um retorno à vocação — não como idealismo romântico, mas como postura ética encarnada. Exploramos não apenas o que os professores fazem, mas quem eles são quando ensinam: o que carregam, o que modelam, o que personificam.

Como temos observado, o impacto é silencioso, mas profundo. Os professores começam a mudar: da dormência para a presença emocional; da sobrecarga silenciosa para a vulnerabilidade expressa; da ação mecânica para a clareza enraizada. Muitos relatam sentir, pela primeira vez em anos, que a sua vida (interior) tem valor — que o seu papel não é apenas funcional, mas simbólico.

Essa mudança não é apenas individual, mas também relacional. Quando um professor se torna mais inteiro, ele deixa de se relacionar com os alunos a partir do esgotamento e passa a agir a partir da coerência interna. E os alunos percebem isso. Talvez não saibam verbalizar, mas sentem a presença de um adulto que está ali não apenas para avaliar, mas para acompanhar. E isso não é coisa de pouca valia.

Em tempos em que tantos jovens se sentem desamparados, a presença de um verdadeiro adulto pode marcar o início da reparação.

Além disso, este trabalho configura uma ecologia diferente do cuidado e do cuidar. Ele revela: não curamos por acelerar, por acrescentar mais formações, ou exigir mais produtividade. Curamos ao desacelerar, ao escutar com mais profundidade e ao oferecer aos professores — enquanto seres humanos — a mesma dignidade e paciência que pedimos que eles ofereçam aos outros.

O “Alicerces da Mente” não é uma técnica; é uma reorientação, uma restauração do espaço interior. Funciona como um artefacto simbólico em si — não porque ofereça respostas, mas porque cria um espaço onde a pergunta “Quem sou eu, como professor, como pessoa?” pode voltar a ser feita.

Conclusão: Um Chamado à Memória

Permitam-me encerrar por onde começamos:

Não se trata apenas de saúde mental. Trata-se de sentido — e das estruturas frágeis que o sustentam. Trata-se de lembrar que educação não é meramente a transmissão de informação, mas a formação da humanidade — e isso não é tarefa leve. Exige presença, inteireza, e que aqueles que ensinam estejam, eles próprios, sustentados por uma estrutura simbólica que honre a sua profundidade.

Obrigado!



Os danos potenciais da Inteligência Artificial na saúde humana

A inteligência artificial (IA) tem oferecido avanços notáveis na área da saúde, com diagnósticos mais rápidos, tratamentos personalizados e apoio à gestão hospitalar. No entanto, ao lado dos benefícios, também surgem riscos significativos para a saúde física e mental das pessoas, que merecem atenção.

1. Dependência Excessiva e Perda de Autonomia Médica

Com a crescente automação, há o risco de profissionais da saúde se tornarem excessivamente dependentes da IA. Isso pode levar a diagnósticos mal interpretados se os sistemas forem tratados como infalíveis. Médicos podem perder a autonomia clínica, confiando em algoritmos que, apesar de precisos, não substituem o julgamento humano.

2. Erros algorítmicos e falta de transparência

Algoritmos de IA são treinados com grandes volumes de dados, mas dados viesados ou incompletos podem levar a decisões erradas. Além disso, muitos sistemas são "caixas-pretas", ou seja, as suas decisões não são transparentes. Isso dificulta a contestação de diagnósticos, podendo resultar em tratamentos inadequados ou até perigosos.

3. Privacidade e vazamento de Dados de Saúde

A coleta massiva de informações médicas para treinar IA expõe os pacientes ao risco de vazamento de dados sensíveis. A violação da privacidade pode causar estigmatização, discriminação e impactos psicológicos severos, principalmente em casos envolvendo doenças mentais ou sexualmente transmissíveis.

4. Impactos Psicológicos e Desumanização do Cuidado

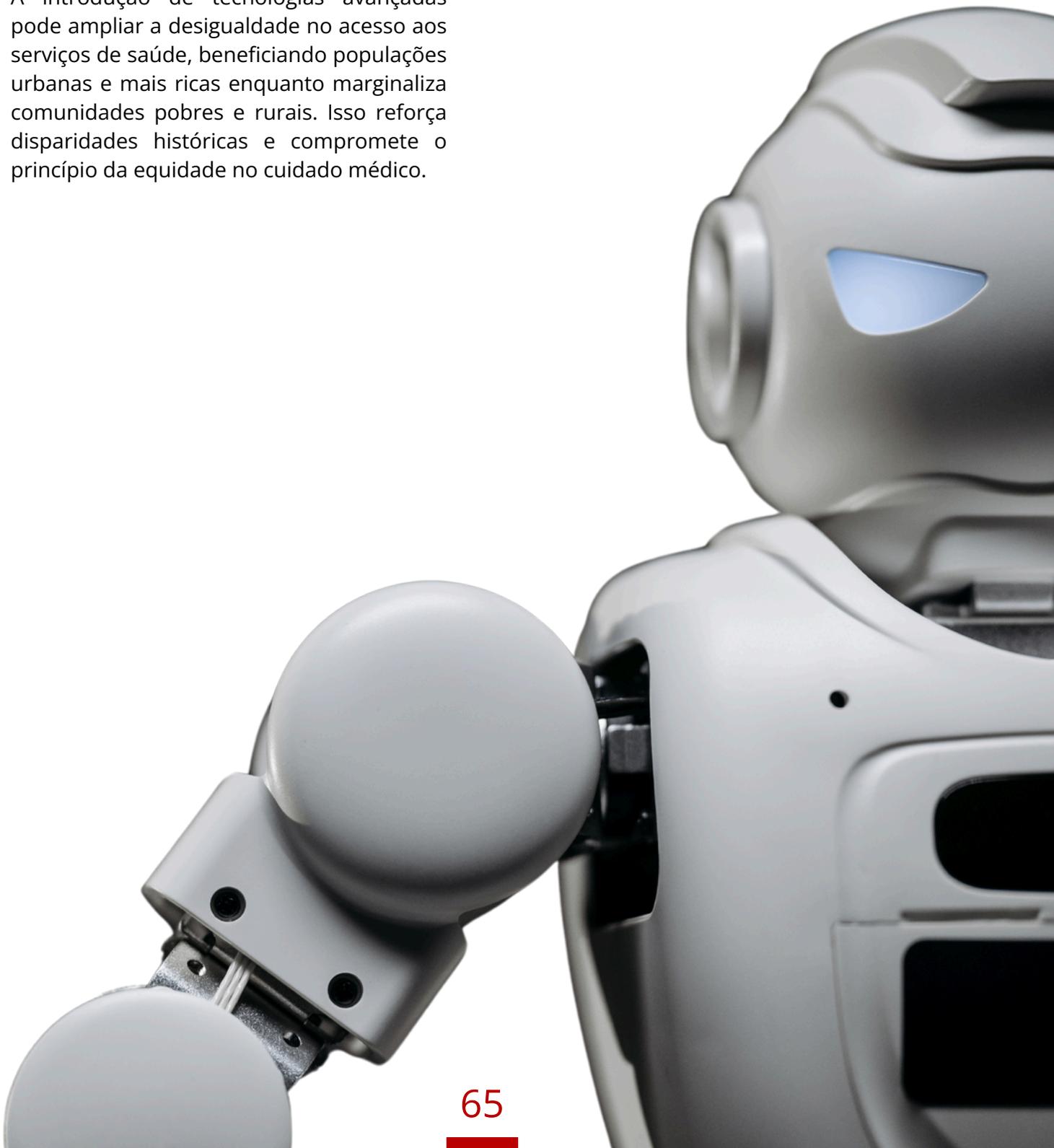
Ao substituir parte do contato humano por máquinas, corre-se o risco de desumanizar o atendimento médico. Os pacientes podem sentir-se ignorados ou tratados como números. Isso afeta especialmente idosos, pessoas com deficiência e pacientes em sofrimento psíquico, que dependem do vínculo humano no processo terapêutico.

5. Desigualdade no Acesso à Saúde

A introdução de tecnologias avançadas pode ampliar a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, beneficiando populações urbanas e mais ricas enquanto marginaliza comunidades pobres e rurais. Isso reforça disparidades históricas e compromete o princípio da equidade no cuidado médico.

Embora a inteligência artificial ofereça possibilidades revolucionárias na medicina, o seu uso deve ser guiado por princípios éticos, transparência e supervisão humana constante.

É fundamental equilibrar inovação tecnológica com cuidado humano, garantindo que a saúde das pessoas — em todas as suas dimensões — seja sempre a prioridade.





Federação Nacional da Educação

Roteiro

Para a Legislatura **2025-2029**

